

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ILMÁRIA ALVES COELHO SILVA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO SUSTENTÁVEL DA CENTRAL COOPERATIVA
CASA APIS

RECIFE

2020

ILMÁRIA ALVES COELHO SILVA

**AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO SUSTENTÁVEL DA CENTRAL COOPERATIVA
CASA APIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco como um dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues.

RECIFE

2020



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

PPGCC

Programa de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis | UFPE

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO SUSTENTÁVEL DA CENTRAL COOPERATIVA CASA APIS

Ilmária Alves Coelho Silva

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 15 de Abril de 2020.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues

Examinador Interno: Prof. Dr. Vinícius Gomes Martins

Examinadora Externa: Profa. Dra. Valéria Gama Fully Bressan – UFMG

*Dedico esta Dissertação a Deus, por seu
grande e infinito amor!
Ao meu esposo Joelson por seu amor, apoio e
compreensão!
Aos meus pais Mário e Ileiz por seus exemplos
de força, coragem e determinação!
Aos meus irmãos, Mábio, Iara e Marília e
cunhado Thiago, por todos os gestos e
palavras de carinho e incentivo;
Aos meus sobrinhos Samuel e Maria Clara
que me trouxeram alegria;
Aos meus sogros José Pedro e M^a Aparecida e
cunhados Jailson e Tallita;
A todos meus amigos que torceram e
estiveram aos meu lado.*

AGRADECIMENTOS

Chegar a esse momento é uma grande vitória! Algo que muitas vezes parecia impossível, aconteceu! Por isso, primeiro agradeço a Deus que me ajudou e me permitiu concluir esse tão sonhado objetivo. Ao meu esposo Joelson que me apoiou de forma incondicional, que ficou comigo durante aquelas primeiras madrugadas de cumprimento de trabalhos do Mestrado. Que suportou muitos dias, finais de semana sozinho enquanto eu estava em Recife, lutando para vencer cada uma das etapas desse desafio. Que muitas vezes saiu a noite de Paulistana para me buscar no aeroporto de Petrolina à meia-noite, e retornar de madrugada. Não foi fácil, mas Deus nos guardou e nos ajudou a vencer!

Cursar o Mestrado em Ciências Contábeis em Recife, foi algo que passou por minha mente há muitos anos. Em 2012 ao fazer a busca por Mestrados da minha área no Nordeste do Brasil. Mas o que pensei foi: “Sem possibilidade”. Alguns anos se passaram, e ao assumir o cargo de Docente do Instituto Federal do Piauí em 2016, voltei a sonhar com o Mestrado. O incentivo a qualificação profissional me possibilitou realizar esse sonho. E aqui faço meu agradecimento a todos os meus amigos de trabalho do IFPI - Campi Paulistana, ao Professor Washington, nosso Diretor, que me atendeu e buscou ver se havia possibilidade do meu afastamento. Ao Professor Paulo Henrique, nosso Reitor, que muito torceu e me incentivou a continuar no Mestrado. A Thalita Figueredo do setor de gestão de pessoas do Campi, que me ajudou muito, com cada orientação.

Os primeiros três meses de mestrado foram de muita correria, enquanto aguardava meu processo de afastamento ser concluído, tinha que conciliar trabalho e Mestrado, isso não teria sido tão trabalhoso se não tivesse a questão de 800km de distância entre uma cidade e outra, e assim começamos a saga: Van, ônibus e Avião.

Tenho que agradecer minha prima Iraci e família, que me receberam várias noites quando chegava no aeroporto de Petrolina, e não tinha dado para meu esposo ir me buscar, estavam me aguardando com aquele bolinho de banana e chá.

Nessa trajetória fiz vários amigos, vou citar alguns estiveram mais próximos. A Natália, a Leiliane que me fizeram sorrir quando eu só queria chorar... A Helenice que me ajudou muito desde o primeiro artigo, me explicou como funcionava o EViews, me ajudou em coleta de dados, em correção de texto, simplesmente me ajudou demais. A Maxileide, que me ajudou em alguns momentos no período da Dissertação. Ao Sérgio, que me passou muitas dicas de excel avançado, que atendeu meus telefonemas muitas vezes e me escutou. Ao Lucas Libni. A

minha amiga Thaynan que esteve junto comigo a partir do segundo semestre do mestrado até o final.

Ao Prof. Dr. Raimundo Nonato, meu orientador, por ter me escutado e me incentivado nos momentos em que só pensava em desistir, por sua rigidez nos momentos necessários. Aos Professores Miranda, Luiz Carlos Dos Anjos, Cláudio e Ademar por todos os momentos das aulas. A Prof^a. Dra. Valéria Bressan e ao Prof. Dr. Vinícius Martins por terem participado e contribuído na minha banca de Defesa de Dissertação.

Ao Sr. Antônio Leopoldino (Seu Sitonho) e todos os cooperados que formam a Casa Apis de Picos – PI, que me receberam e me apoiaram na minha pesquisa. “Seu Sitonho” me convidou a participar daquela comitiva de visita as comunidades da zona rural, das assembleias gerais e reuniões da Casa Apis. Ao “Seu Eusébio”, e o Sr. João Pedro que prontamente me apoiaram nas pesquisas.

Agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram para realização deste sonho, que Deus os abençoe!

RESUMO

Desenvolver as atividades econômicas de forma sustentável tem sido um desafio para as organizações, assim como mensurar e avaliar o desempenho sustentável empresarial. Com o objetivo de avaliar o nível de desempenho sustentável de uma cooperativa, analisou-se nesta pesquisa a Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro (Casa Apis). Esta instituição se localiza no município de Picos, no estado do Piauí, possui 863 cooperados e é responsável por aproximadamente 30% da produção de mel no estado em que se situa. A fim de atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, aplicaram-se questionários, efetuaram-se entrevistas e analisaram-se os demonstrativos contábeis das cooperativas associadas à Casa Apis. A partir do material coletado, analisou-se o desempenho sustentável da cooperativa com base no modelo de avaliação de desempenho elaborado por Callado (2010), denominado de *grid* de sustentabilidade empresarial (GSE). Os resultados indicam que a Casa Apis possui um desempenho satisfatório nas três dimensões da sustentabilidade (econômica, ambiental e social), o que significa que a instituição consegue equilibrá-las na realização de suas atividades.

Palavras-chave: Desempenho sustentável. Cooperativas. *Grid* de sustentabilidade empresarial (GSE).

ABSTRACT

Developing economic activities in a sustainable way has been a challenge for organizations, as well as measuring and evaluating sustainable business performance. In order to assess the level of sustainable performance of a cooperative, the Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro (Casa Apis) was analyzed in this research. This institution is located in the municipality of Picos in the state of Piauí, has 863 members and is responsible for approximately 30% of honey production in the state in which it is located. In order to achieve the proposed objective, a qualitative research was carried out, questionnaires were applied, and interviews were conducted, and the financial statements of the cooperatives associated with Casa Apis were analyzed. From the material collected, the cooperative's sustainable performance was analyzed based on the performance evaluation model developed by Callado (2010), called the corporate sustainability grid (CSG). The results indicate that Casa Apis has a satisfactory performance in the three dimensions of sustainability (economic, environmental and social), which means that the institution manages to balance them in carrying out its activities.

Keywords: Sustainable performance. Cooperatives. Corporate sustainability grid (CSG).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da GRI	25
Figura 2 – Lista de <i>stakeholders</i>	30
Figura 3 – Tipologia das partes interessadas	31
Figura 4 – Localização da Casa Apis	41
Figura 5 – Estrutura da Casa Apis	42
Figura 6 – Etapas para operacionalização do GSE	44
Figura 7 – Representações gráficas da sustentabilidade	50
Figura 8 – Posicionamentos espaciais do GSE	51
Figura 9 – Ações de reflorestamento e produção de pasto apícola	53
Figura 10 – Posicionamento da Casa Apis no GSE	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estudos Anteriores	21
Quadro 2 – GRI Standards	27
Quadro 3 – Séries GRI Standards	27
Quadro 4 – Comparação entre os indicadores da dimensão ambiental	28
Quadro 5 – Comparação entre os indicadores da dimensão social	28
Quadro 6 – Comparação dos indicadores da dimensão econômica	29
Quadro 7 – Características dos stakeholders	32
Quadro 8 – Níveis de desempenho e valor atribuído para cada nível	46
Quadro 9 – Resultados e interpretação de EPS	48
Quadro 10 – Resultados, interpretações e significados do ESE	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de pessoas na agricultura familiar – Censo Agro 2017	38
Tabela 2 – Cooperativas de agricultura familiar por região brasileira	39
Tabela 3 – Indicadores de sustentabilidade e pesos atribuídos	45
Tabela 4 – Grupo de indicadores e categorias de desempenho do GSE	47
Tabela 5 – Resultados de EPS	48
Tabela 6 – Intervalos de resultados de EPS	48
Tabela 7 – Composições de resultados e posicionamentos espaciais do GSE	50
Tabela 8 – Quantidade de indicadores em cada escore	52
Tabela 9 – EPS da dimensão ambiental	54
Tabela 10 – Quantidade de indicadores em cada escore	55
Tabela 11 – Escore parcial de sustentabilidade da dimensão econômica	56
Tabela 12 – Quantidade de indicadores em cada escore	56
Tabela 13 – Escore parcial de sustentabilidade da dimensão social	57
Tabela 14 – Resultados de escores parciais de sustentabilidade	57
Tabela 15 – Resultados dos Escores de Sustentabilidade Empresarial (ESE)	58
Tabela 16 – Resultado do Escore de Sustentabilidade Empresarial (ESE)	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCBS	Basel Committee on Banking Supervision
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
Casa Apis	Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro
Compai	Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores
Coopasc	Cooperativa dos Apicultores e Produtores Rurais do Território Serra da Capivara
DAP/PJ	Declaração de Aptidão ao Pronaf/Pessoa Jurídica
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EPS	Escore(s) Parcial(is) de Sustentabilidade
EPS _A	Escore Parcial de Sustentabilidade da Dimensão Ambiental
EPS _E	Escore Parcial de Sustentabilidade da Dimensão Econômica
EPS _S	Escore Parcial de Sustentabilidade da Dimensão Social
ESE	Escores de Sustentabilidade Empresarial
GRI	Global Reporting Initiative
GSE	<i>Grid</i> de Sustentabilidade Empresarial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBD	Associação de Certificação Instituto Biodinâmico
ICA	International Co-operative Alliance
ICCO	The International Cocoa Organization
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	International Organization for Standardization
Melcoop	Cooperativa de Apicultores do Piauí
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PET	Polietileno Tereftalato
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnuma	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Promel	Programa de Geração de Emprego e Renda e Combate à Pobreza no Nordeste
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
Sies	Sistema de Informações em Economia Solidária

SIF	Serviço de Inspeção Federal
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária
Unep	United Nations Environment Programme
Unisol Brasil	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
WCED	World Commission on Environment and Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	20
1.2.1 Objetivo geral	20
1.2.2 Objetivos específicos	20
1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES	20
2 MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO SUSTENTÁVEL	22
2.1 DESEMPENHO SUSTENTÁVEL	24
2.2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	25
2.2.1 Global Reporting Initiative (GRI)	25
2.2.2 Similaridade dos indicadores da GRI com os do modelo GSE de Callado (2010)	27
3 TEORIA DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	30
4 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	36
4.1 COOPERATIVAS: OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	36
4.3 COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	37
4.4 CASA APIS	40
5 METODOLOGIA	43
5.1 TIPO DE PESQUISA	43
5.2 MÉTODO DE PESQUISA	43
5.2.1 Cálculo dos escores parciais de sustentabilidade (EPS)	45
5.2.2 Cálculo do escore de sustentabilidade empresarial (ESE)	48
5.2.3 <i>Grid</i> de sustentabilidade empresarial (GSE)	49
6 RESULTADOS	52
6.1 ESCORES PARCIAIS DE SUSTENTABILIDADE	52
6.1.1 Escore parcial de sustentabilidade da dimensão ambiental (EPS _A)	52
6.1.2 Escore parcial de sustentabilidade da dimensão econômica (EPS _E)	54
6.1.3 Escore parcial de sustentabilidade da dimensão social (EPS _S)	56
6.2 ANÁLISE DOS ESCORES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ESE)	57

6.3 POSICIONAMENTO NO GRID DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (GSE)	58
7 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	69

1 INTRODUÇÃO

Impulsionada pelo ambientalismo da década de 1960, a Conferência de Estocolmo, que ocorreu no ano de 1972, levantou o debate sobre a escassez dos recursos naturais e propôs o uso limitado e racional deles. Foi um choque para as empresas da época, que temiam que as iniciativas diminuíssem a lucratividade dos negócios. Em 1987, o Relatório de Brundtland, elaborado pela World Commission on Environment and Development (WCED, 1987), tranquilizou os economistas, mostrando que a estagnação do desenvolvimento não integrava a agenda dos ambientalistas. No entanto, algumas mudanças seriam necessárias, como a implementação de ferramentas de responsabilidade social corporativa que auxiliassem na obtenção de legitimidade e consenso dos *stakeholders*, por meio da observação do princípio de “*accountability*”.

Conforme o Relatório de Brundtland, a empresa do novo milênio não pode ficar alheia aos problemas sociais e ecológicos do lugar onde atua (WCED, 1987). Uma nova postura empresarial foi demandada, exigindo um comportamento de responsabilidade e inclusão dos impactos de suas atividades sobre a comunidade e o planeta. Segundo Elkington (1998), só faz sentido pensar em desenvolvimento sustentável quando os aspectos ambientais, sociais e econômicos são levados em conta, surgindo, assim, o termo *triple bottom line* (TBL).

Desde então, a sustentabilidade empresarial tornou-se uma prerrogativa para o sucesso e crescimento de longo prazo, fato que motivou um crescente interesse de diversas organizações, profissionais e governantes em divulgarem informações de suas práticas econômicas, ambientais e sociais.

Esse interesse tem sido causado por muitos fatores, a exemplo da pressão sobre o uso eficaz de matérias-primas naturais e escassas, a sensibilização dos consumidores para a responsabilidade social corporativa e a reputação da empresa (BROCKETT; REZAEI, 2012). Dessa forma, a sustentabilidade empresarial pode, não só garantir lucratividade e vantagem competitiva em longo prazo, como contribuir para a manutenção do bem-estar da sociedade e do planeta.

Conforme os autores Silva, Nuzum, Schaltegger (2019) a palavra sustentabilidade tem sido uma das mais pesquisadas na última década, contudo, como avaliar a sustentabilidade é um tópico que ainda apresentasse como uma lacuna. Os autores evidenciam que apesar das inúmeras iniciativas em mensurar a sustentabilidade, há uma necessidade de mais discussões dentro desta temática, tendo em vista suprir as expectativas dos *stakeholders* (SILVA; NUZUM; SCHALTEGGER, 2019).

Uma das iniciativas de medição da sustentabilidade empresarial, a qual tem se destacado nos últimos anos, é o modelo de relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI, 2013). Como uma ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das empresas, a GRI fornece indicadores e parâmetros que evidenciam o desempenho sustentável das empresas (BENITES; POLO, 2013).

As normas GRI fornecem um conjunto de indicadores econômicos, sociais e ambientais que inter-relacionados possibilitam a elaboração do relatório de sustentabilidade, o qual se configura como uma representação equilibrada e razoável das contribuições positivas e negativas de uma organização para o objetivo do desenvolvimento sustentável (GRI, 2016).

A implementação de estratégias que proporcionam o desempenho sustentável é algo a ser buscado por todas as instituições, mesmo as que não possuem a finalidade lucrativa (ARIS *et al.*, 2018). Entre os tipos de organizações que não têm o lucro como propósito, estão as cooperativas, as quais são criadas com o objetivo de gerar progresso econômico para os seus membros.

Ao redor do mundo, o movimento cooperativista representa 1,2 bilhão de cooperados, 280 milhões de postos de trabalho, 3 milhões de cooperativas. Destas, 1,2 milhão de cooperativas é do ramo agro (WORLD COOPERATIVE MONITOR, 2018). Conforme o Anuário OCB (2019), há registro que em 150 países as cooperativas atuam para dar novas oportunidades a seus cooperados e apoiar o desenvolvimento de suas comunidades.

Devido às suas características, as cooperativas são percebidas como agentes fundamentais no desenvolvimento sustentável, sendo que as agrícolas se destacam porque suas atividades são dependentes dos recursos advindos da natureza (MOJO; FISCHER; DEGEFA, 2015).

O modelo de negócio cooperativista realiza suas ações no contexto do desenvolvimento sustentável, ao contribuir para a redução da pobreza e da exclusão. Por meio do diálogo com os *stakeholders* e da gestão participativa, há uma proteção dos interesses de seus membros (PEZZINI, 2006; ARIS *et al.*, 2018). Contudo, para que um sistema cooperativo consiga ser sustentável, é necessário que sejam observados diversos requisitos de boa governança e de gestão com foco nas dimensões econômicas, sociais e ambientais.

A contabilidade como ferramenta de *accountability* desempenha um papel de suporte à execução das atividades do tipo associativa, como as cooperativas. Por esse motivo, o uso da contabilidade na mensuração, controle, registro e divulgação de informações do desempenho econômico-financeiro das cooperativas traz benefícios tanto para gestão e decisão dos cooperados, quanto no processo de captação de recursos junto a financiadores, já que estes terão

elementos que poderão embasar a concessão dos empréstimos e prever a capacidade de geração de recursos dessas entidades (GRAY, 1992).

Além dos dados econômico-financeiros, a contabilidade pode auxiliar na construção de informações socioambientais e éticas (CORREA; LARRINAGA, 2015), de modo que se torna uma ferramenta que consegue contribuir com elementos para todas as dimensões da sustentabilidade, reduzindo a assimetria de informações e emprestando credibilidade à organização junto aos seus financiadores.

As cooperativas posicionaram a sustentabilidade no centro de sua identidade. Existem ligações entre as definições de sustentabilidade e a identidade das cooperativas. A sustentabilidade das cooperativas, portanto, combina rentabilidade a longo prazo com comportamento ético, justiça social e cuidado ambiental (ARAYA; MAS; GARRIDO, 2014).

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2019), em 2018 existiam no Brasil 14,6 milhões de cooperados em 6.828 cooperativas. Destas, 1.613 cooperativas eram do ramo agro, e possuíam 1.021.019 cooperados. Um desses empreendimentos é a Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro (Casa Apis), a qual, por meio do seu complexo de cooperativas, tem efetuado um trabalho de produção e exportação de mel orgânico, o que tem contribuído para o crescimento da representatividade do estado do Piauí no mercado de exportação de mel, além de sua atuação como um transformador social das condições de vida de seus cooperados.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Para que uma empresa seja considerada sustentável, é necessário que ela tenha uma gestão estratégica voltada para a sustentabilidade, em que ocorra a redução dos impactos negativos das atividades empresariais e ações que promovam benefícios para a sociedade e o meio ambiente (BAUMGARTNER; RAUTER, 2017). Segundo o mesmo autor, os *stakeholders* possuem interesses divergentes sobre esse assunto, e conciliá-los é um passo inicial para se obter o desempenho sustentável corporativo. Esse equilíbrio de necessidades pode ser encontrado com ações distribuídas em cada dimensão da sustentabilidade.

Ao exercer suas atividades com o intuito do desenvolvimento sustentável, as empresas obtêm a legitimidade organizacional perante seus *stakeholders*, de forma que conseguem a aprovação da sociedade para manter a sua atividade, por meio da conciliação de sua produção ou oferta de serviços com os anseios sociais e ambientais da sociedade na qual está inserida

(DEEGAN, 2002; MILNE; PATTEN, 2002). Portanto, ao serem sustentáveis, as empresas conseguem a legitimidade perante a sociedade.

As cooperativas têm uma missão de desempenho duplo: atender às metas organizacionais e satisfazer os objetivos dos membros ao mesmo tempo (SOBOH *et al.*, 2009). Esse desempenho pode ser medido em termos de atingir objetivos finais, como aumentar a renda dos membros, gerenciamento de risco, segurança alimentar e sustentabilidade (KARAMI; REZAEI-MOGHADDAM, 2005).

Benos *et al.* (2018), ao estudarem as relações entre os atributos organizacionais, os atributos estratégicos e o desempenho das cooperativas de agronegócio da Grécia, puderam inferir que qualquer reforma das estruturas cooperativas deve ser orientada a estimular o comprometimento dos membros em longo prazo, a fim de atender e direcionar seus clientes existentes e potenciais.

A sustentabilidade de uma cooperativa não apresenta diferenças de outros tipos de organizações, e se refere aos três aspectos da sustentabilidade econômica, social e ambiental com forte ênfase na sustentabilidade social. Como benefícios para os membros comuns e comunidades locais refletidos nos termos e adjetivos de autonomia, voluntariamente, necessidades sociais, controle conjunto e democrático (JI; JIA; XU, 2018).

Existem muitas propostas de indicadores para medir a sustentabilidade, no entanto, a iniciativa da agência holandesa Global Reporting Initiative (GRI) representa um dos escopos mais amplos e conhecidos do mundo. As normas GRI se aplicam a qualquer organização que queira relatar seus impactos econômicos, ambientais e sociais, independentemente do tamanho, tipo, setor e localização geográfica (GRI, 2016).

No entanto, apesar da existência de tais indicadores, diretrizes e normas GRI, há uma constante busca de como mensurar a sustentabilidade das organizações. Estudiosos da área pesquisam e criam modelos de mensuração da sustentabilidade, com a articulação dos indicadores GRI e outros presentes na literatura. Um desses modelos desenvolvidos foi o *Grid* de sustentabilidade empresarial (GSE), elaborado por Callado (2010), o qual foi citado, por Gomes *et al.* (2014), utilizado no estudo sobre o desempenho sustentável empresarial da Expresso Medianeiro Ltda., por Farias, Rossato e Dörr (2014); no trabalho de Feil e Naime (2015) na mensuração da sustentabilidade das corporações com selo ISE, entre outros.

Desta forma, tem-se o seguinte problema de pesquisa: qual o nível de desempenho sustentável apresentado pela Casa Apis, conforme o *grid* de sustentabilidade empresarial (GSE) desenvolvido por Callado, 2010?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo é avaliar nível de desempenho sustentável da Casa Apis conforme o GSE desenvolvido por Callado (2010).

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Aplicar o modelo de desempenho sustentável GSE na Casa Apis.
- b) Identificar as características dos indicadores de desempenho sustentável da Casa Apis.
- c) Verificar o nível de desempenho sustentável da Casa Apis por meio do GSE.

1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES

A organização de produtores numa central de cooperativas amplia as oportunidades de geração de trabalho e renda (CARVALHO, 2012). Ademais, como é firmado um contrato de compra e venda entre a cooperativa e os pequenos produtores apícolas, ocorre a independência com relação a atravessadores para a venda dos produtos, conseguindo-se um preço de venda mais alto.

Uma revisão recente da literatura sobre as cooperativas observa que elas são retratadas como organizações empresariais falhas¹ e complexas, porém podem impactar positivamente seus membros (GRASHUIS; SU, 2019). As cooperativas desempenham um importante papel no fornecimento de educação e aperfeiçoamento para o trabalho de seus cooperados e, uma vez cumprido este critério, os outros, como a redução da pobreza e oportunidade de emprego, podem ser alcançados (UNITED NATIONS, 2013).

Em um mundo em que a consciência social e ambiental está aumentando rapidamente, as cooperativas oferecem um veículo no qual as economias de escala podem ser maximizadas de maneira coletiva e democrática (LAUTOUR; CORTESE, 2016).

¹ Devido falhas na gestão, como evidências crescentes de uma distribuição desigual de benefícios para pequenos e grandes produtores. Ineficiências impulsionadas pela crescente heterogeneidade nas atitudes e objetivos dos membros, em particular em termos de compromisso e participação.

Estudos recentes têm analisado a contribuição do cooperativismo para o fortalecimento da agricultura familiar (FREITAG; KLESENER; PLEIN, 2019; MORAES; SCHWAB, 2019). Outros estudos investigaram as barreiras do desempenho das cooperativas de agricultura familiar e os benefícios e desafios de políticas públicas que promovem essa atividade (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015; MIRANDA; GOMES, 2016; SANTOS; FERREIRA; CAMPOS, 2019).

Ao conhecer como está o seu desempenho em cada dimensão da sustentabilidade, os cooperados podem avaliar pontos que necessitam ser melhorados e perceber que as preocupações socioambientais contribuem para o resultado econômico.

Jiang *et al.*, (2018) através da utilização de uma metodologia tridimensional de avaliação de sustentabilidade, inferiram que o índice de sustentabilidade corporativa pode ser obtido pela pontuação de desempenho em sustentabilidade e pelo grau de coordenação do desenvolvimento sustentável (relações coordenadas de desempenho econômico, ambiental e social em um determinado período).

Marcis, Lima e Costa (2019) tiveram como objetivo de pesquisa avaliar a aderência de um conjunto de indicadores de desempenho de sustentabilidade para formar um modelo de avaliação das operações das cooperativas agrícolas.

Quadro 1 – Estudos Anteriores

Autor, ano	Contribuição	Lacuna (Limitação)
(JIANG <i>et al.</i> , 2018)	Criação de um modelo para a mensuração da sustentabilidade organizacional.	Não foi considerado se as estratégias internas influenciam o desenvolvimento sustentável da organização.
(MARCIS; LIMA; COSTA, 2019)	Elaboração de um modelo de avaliação do desempenho sustentável para cooperativas agropecuárias.	O trabalho focou no desenvolvimento das cooperativas, não levando em consideração o desenvolvimento dos membros.
(TARQUINIO; RAUCCI; BENEDETTI, 2018)	Indicação de uma nova linha de pesquisa sobre o GRI para analisar como seus indicadores são utilizados por organizações de diferentes setores e países.	Análise somente de empresas listadas que publicam seus relatórios de acordo com as diretrizes GRI.

Fonte: elaboração própria.

A presente pesquisa buscou fornecer informações sobre a análise de desempenho sustentável de uma Central Cooperativa Apícola, através da aplicação do modelo GSE (Callado, 2010) articulado com as Normas GRI *Standards*. Que proporciona resultados mais abrangentes, sobre a análise dos indicadores GRI e modelo GSE (Callado, 2010).

2 MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade organizacional assegura que as ações de hoje não limitarão as opções econômicas, sociais e ambientais para as futuras gerações (WCED, 1987), de forma que o desempenho organizacional sustentável se baseia nos resultados destes três pilares (ELKINGTON, 1998). Além das contribuições para a sociedade, a sustentabilidade empresarial contribui para que as organizações sejam mais competitivas em relação a empresas que não são sustentáveis (RAJESH, 2020).

A avaliação da sustentabilidade é uma tendência nas discussões dentro das organizações (KASSEM *et al.*, 2017), e surgiu da necessidade de equilibrar as dimensões econômica, ambiental e social (JIANG *et al.*, 2018). A mensuração do impacto das atividades empresariais deve ser realizada por meio de métricas, com metodologias que contribuem para o monitoramento e manutenção do desempenho sustentável corporativo (JIANG *et al.*, 2018; NILASHI *et al.*, 2019; WICHER; ZAPLETAL; LENORT, 2019). Para tanto, é preciso que os dados sejam divulgados de forma clara e de fácil acesso a todas as partes interessadas, todavia nem todas as organizações divulgam tais informações, a maioria são as mais antigas e as que possuem capital estrangeiro (ORAZALIN; MAHMOOD, 2018).

Empresas que possuem políticas para a redução de gases de efeito estufa têm seu desempenho sustentável influenciado de forma positiva (BALI; PANTA; ANTELO, 2019), assim como as organizações que têm práticas verdes para o gerenciamento do capital humano (ZAID; JAARON; BON, 2018). Além das características anteriormente citadas, o tamanho da empresa e a integração do seu sistema de gestão também interferem na sustentabilidade organizacional (POLTRONIERI; GANGA; GEROLAMO, 2019).

Os elementos que são mais valorizados na medição da sustentabilidade empresarial dependem de qual parte interessada está avaliando. Os clientes pontuam mais os processos enxutos, enquanto os fornecedores destacam os processos verdes. Na perspectiva do fornecedor, o primeiro método influencia somente o desempenho econômico, ao passo que o segundo interfere também no social. Já na ótica do cliente, a produção enxuta melhora o desempenho em suas três dimensões, e a produção enxuta relaciona-se exclusivamente com o ambiental (HUO; GU; WANG, 2019).

Com a finalidade de entender a importância dos indicadores para a análise da sustentabilidade, Kassem *et al.* (2017) realizaram uma pesquisa com o setor agrícola da República Tcheca, e identificaram que 43% dos indicadores econômicos, 50% dos ambientais, 65% dos sociais e 35% dos de governança são considerados relevantes. Essa classificação foi

realizada após a análise dos relatórios de sustentabilidade de empresas do setor agrícola de alguns países, seguida da aplicação de um questionário para as empresas da República Tcheca.

Como a valorização dos elementos depende da parte interessada que está analisando (HUO; GU; WANG, 2019), pode ser que esses percentuais sejam alterados sob a perspectiva de um novo *stakeholder*, do contexto em que a empresa está inserida, entre outros fatores. A relevância dos indicadores de sustentabilidade está vinculada também à estratégia corporativa, mas os indicadores econômicos são mais homogêneos em relação aos indicadores das outras dimensões (MARCIS; LIMA; COSTA, 2019).

Ao testarem o nível de aderência dos indicadores de desempenho em sustentabilidade a um modelo de avaliação para cooperativas agrícolas, Marcis, Lima e Costa (2019) identificaram que os indicadores estudados apresentam um importante índice de uso e potencial adoção. Com isso, observa-se que a relevância ou não dos indicadores estudados decorre da estratégia das organizações, sendo que as métricas econômicas se sobressaem em relação às outras (MARCIS; LIMA; COSTA, 2019).

Os resultados de Marcis, Lima e Costa (2019) corroboram os achados de Sartori, Witjes e Campos (2017), que constataram que os dados econômicos são mais divulgados que os demais, o que facilita a sua mensuração. Estes últimos autores tiveram como base os indicadores GRI e analisaram as empresas de eletricidade do Brasil. Eles também levantaram a hipótese que isso ocorre porque as métricas econômicas são próximas às informações que são divulgadas nos relatórios financeiros.

Examinando os indicadores ambientais, sociais e de governança de 39 empresas da Índia, Rajesh (2020) observou que os relativos a direitos humanos não são considerados como importantes para o desempenho sustentável organizacional, enquanto os indicadores de inovação ambiental, uso de recursos e estratégias de responsabilidade social corporativa são os mais referenciados. Os achados sobre direitos humanos da pesquisa de Rajesh (2020) confirmam os resultados encontrados por Tarquinio, Raucci e Benedetti (2018) na Grécia, Itália e Espanha.

Apesar das questões humanas não serem consideradas relevantes, a incorporação dos custos sociais na estrutura da empresa contribui para o desempenho sustentável da organização com práticas voltadas para a redução dos gases de efeito estufa (BALI; PANTA; ANTELO, 2019).

O treinamento dos funcionários para a adoção de atitudes ambientalmente corretas proporciona um melhor desenvolvimento sustentável (MOUSA; OTHMAN, 2020; ZAID;

JAARON; BON, 2018), significando que, investindo-se em uma das dimensões da sustentabilidade, há benefícios também para as outras dimensões.

Na pesquisa realizada por Diniz e Callado (2017), identificou-se que as empresas têm um desempenho econômico satisfatório, o que vai ao encontro dos trabalhos de Sartori, Witjes e Campos (2017) e Marcis, Lima e Costa (2019), que relataram que os indicadores econômicos são os mais valorizados. Ainda com os achados de Diniz e Callado (2017), eles observaram que as empresas analisadas possuem uma interação social aceitável e quase nenhuma preocupação com as questões ambientais.

Ao analisar pontos específicos do desempenho sustentável de empresas da Malásia, Ali *et al.* (2019) perceberam que pressões dos clientes e legislação ambiental, além de incertezas das condições ambientais, contribuem de forma significativa e positiva para o gerenciamento da energia, recursos e resíduos das atividades produtivas. Os autores também identificaram que esse gerenciamento influencia positivamente o desempenho sustentável das organizações.

2.1 DESEMPENHO SUSTENTÁVEL

O gerenciamento da sustentabilidade corporativa é necessário para encontrar uma estabilidade entre o crescimento econômico, o meio ambiente e a justiça social (JIANG *et al.*, 2018), bem como contribuir para mitigar o impacto da atividade produtiva na sociedade, no meio ambiente e para os acionistas (BÜYÜKÖZKAN; KARABULUT, 2018).

Os autores Huo, Gu e Wang (2019) explanam que o desempenho sustentável representa a vantagem competitiva duradoura nos retornos econômicos que as empresas obtêm, considerando o impacto no ambiente natural e na sociedade humana, sem sacrificar as necessidades dos Stakeholders.

Um sistema de desempenho de sustentabilidade, por meio de indicadores, tem como propósito medir, comunicar e reduzir consideravelmente a quantidade absoluta de impactos ambientais e sociais negativos e contribuir para uma transformação sustentável dos mercados e da sociedade. O desempenho sustentável pode ser mensurado pelas três dimensões: econômica, ambiental e social (SCHALTEGGER; BURRITT, 2014).

A avaliação da sustentabilidade empresarial possui duas etapas: a primeira é “a quantificação dos impactos *upstream/downstream* gerados durante as atividades corporativas”, seguida da “integração desses impactos em uma única métrica” (JIANG *et al.*, 2018, p. 626). Com um quadro de indicadores para mensurar a sustentabilidade corporativa, é possível identificar as boas práticas da empresa e quais precisam ser melhoradas (JIANG *et al.*, 2018).

Dessa forma, as ações sustentáveis podem ser adaptadas em outras organizações e as atividades que provocam danos podem ser alteradas para minimizar ou excluir os impactos negativos.

2.2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

2.2.1 Global Reporting Initiative (GRI)

Criada em 1997 por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a GRI é uma organização não governamental que ajuda empresas e governos de todo o mundo a entenderem e comunicarem seu impacto em questões críticas de sustentabilidade, como mudança climática, direitos humanos, governança e bem-estar social (GRI, 2020). A GRI é uma instituição independente que produz diretrizes de contabilidade e sustentabilidade utilizadas em mais de 90 países (BROWN; JONG; LESSIDRENSKA, 2009).

Figura 1 – Evolução da GRI

1997	• Fundação da organização Global Reporting Initiative
2000	• Lançamento da primeira geração (G1) das diretrizes de relatórios de sustentabilidade
2002	• Apresentação da segunda geração (G2) das diretrizes de relatórios de sustentabilidade
2003	• Divulgação da terceira geração (G3) das diretrizes de relatórios de sustentabilidade
2008	• Veiculação de diretrizes setoriais: organizações financeiras
2009	• Diretrizes setoriais: setor elétrico
2010	• Diretrizes setoriais: indústria alimentícia e organizações não governamentais
2011	• Atualização da G3 (G3.1): expansão das diretrizes sobre gênero, comunidade e direitos humanos
2012	• Diretrizes setoriais: óleo e gás, mídia e organizadores de evento
2013	• Publicação da quarta geração (G4) das diretrizes de relatórios de sustentabilidade
2016	• GRI <i>Standards</i>

Fonte: adaptado do sítio eletrônico institucional da GRI (2016).

Desde a primeira versão, adequações das diretrizes estão sendo atualizadas (Figura 1) com a finalidade de manter a comparação dos relatórios, assim como a credibilidade e padronização dos relatórios que utilizam as diretrizes GRI (MENDES; OLIVEIRA; CAMPOS, 2019). Além das diretrizes gerais que podem ser aplicadas a qualquer empresa, existem algumas diretrizes específicas para determinados setores da economia. Segundo Siew (2015), a versão

G3.1 trouxe uma maior objetividade para a confecção dos relatórios, e as diretrizes G4 alteraram elementos sobre emissão de gases de efeito estufa e combate à corrupção.

Os Padrões de Relatórios de Sustentabilidade da GRI são os primeiros e mais adotados padrões globais de relatórios de sustentabilidade, pesquisa da KPMG de 2017 afirma que 93% das 250 maiores corporações do mundo relatam seu desempenho em sustentabilidade com os indicadores GRI (GRI, 2020).

A estrutura de relatórios da GRI é bastante abrangente e inclui diretrizes para a medição e disseminação de informações sobre desempenho econômico, ambiental e social, dimensões que formam o TBL (ELKINGTON, 1998; QUILICE *et al.*, 2018).

Entre as métricas existentes para mensurar a sustentabilidade corporativa, a GRI possui mais de 100 indicadores que cobrem os três pilares do TBL: econômico, social e ambiental (RAJESH, 2020). As organizações que utilizam as orientações GRI tendem a buscar atingir as exigências das diretrizes, pois fica implícito que, ao se adequarem a esse padrão, estão realizando suas atividades com rigor e integridade (ISLAM; JAIN; THOMSON, 2016). O objetivo da GRI é a padronização das informações sobre a sustentabilidade em todos os continentes e, com base nessa uniformização, contribuir para a comparação e mensuração do desempenho sustentável corporativo (GRUSHINA, 2017).

O relatório de sustentabilidade preparado em conformidade com as normas GRI têm por finalidade medir, prestar contas e divulgar aos *stakeholders* internos e externos os impactos das ações desenvolvidas pela organização. As diretrizes da GRI são um dos instrumentos de responsabilidade social empresarial mais usados por muitas das grandes empresas da Europa (GRI, 2013).

Uma das vantagens da GRI em relação a outras diretrizes é que ela fornece princípios e indicadores, enquanto outras, como a ISO 26000 e a AA1000, fornecem apenas princípios, deixando com que as organizações criem suas próprias métricas. Outra facilidade proporcionada pela GRI é que os relatórios podem ser avaliados pela própria GRI ou por auditores associados (JONES; MUCHA, 2014).

As *GRI Standards* (Quadros 1 e 2) são as primeiras normas de padrão global para esse tipo de divulgação de informações econômicas, ambientais e sociais. Foram projetadas para serem usadas como um conjunto, e apresentam uma estrutura modular flexível e inter-relacionada. Ao todo, são 5 módulos, 3 normas de caráter geral e 33 sobre tópicos específicos.

Quadro 2 – GRI Standards

Padrões	Séries	Descrição
Padrões universais	Série 100	GRI 101: Fundação. GRI 102: Divulgações gerais. GRI 103: Abordagem de gestão.
Padrões de tópicos específicos	Série 200 (tópicos econômicos). Série 300 (tópicos ambientais). Série 400 (tópicos sociais).	As séries 200, 300 e 400 incluem vários padrões de tópicos específicos, por exemplo: impactos econômicos, utilização da água ou emprego.

Fonte: adaptado de GRI (2016).

Quadro 3 – Séries GRI Standards

Série 200		Série 300		Série 400			
GRI	Descrição	GRI	Descrição	GRI	Descrição	GRI	Descrição
201	<i>Performance econômica</i>	301	Materiais	401	Emprego	411	Direitos dos povos indígenas
202	Presença no mercado	302	Energia	402	Relações gestão do trabalho	412	Avaliação de direitos humanos
203	Impactos econômicos indiretos	303	Água e efluentes	404	Treino e educação	413	Comunidades locais
204	Práticas de compras	304	Biodiversidade	405	Diversidade e igualdade de oportunidades	414	Avaliação social fornecedor
205	Anticorrupção	305	Emissões	406	Não discriminação	415	Políticas públicas
206	Comportamento anticoncorrencial	306	Efluentes e resíduos	407	Liberdade de associação e negociação coletiva	416	Cliente de saúde e segurança
		307	Conformidade ambiental	408	Trabalho infantil	417	Comercialização e rotulagem
		308	Avaliação ambiental fornecedor	409	Trabalho forçado ou obrigatório	418	Privacidade do cliente
				410	Práticas de segurança	419	<i>Compliance</i> socioeconômico

Fonte: adaptado de GRI (2016).

As normas da GRI incluem: requisitos, recomendações e orientações. Os requisitos são instruções obrigatórias que, no texto, são apresentadas em negrito e indicadas com a palavra “deverá”. As recomendações são casos em que um determinado curso de ação é estimulado, mas não é obrigatório. As orientações são seções que incluem informações de fundo, explicações e exemplos para ajudar as organizações a compreenderem melhor os requisitos. Uma organização é obrigada a cumprir com todos os requisitos aplicáveis, a fim de afirmar que seu relatório foi elaborado de acordo com as normas da GRI.

2.2.2 Similaridade dos indicadores da GRI com os do modelo GSE de Callado (2010)

As normas GRI são aceitas em todos os países do mundo (GALLEGO, 2006), e seus indicadores permitem mensurar o desempenho sustentável em suas três dimensões (STENZEL, 2010). A métrica desenvolvida por Callado (2010) permite que o desempenho da empresa seja analisado nas três dimensões da sustentabilidade, e foi elaborada para investigar o desempenho de empresas que atuam no mesmo setor da Casa Apis. A associação entre os indicadores da

GRI aos de Callado (2010) facilita a análise e comparabilidade desta pesquisa com outras que estudaram o desempenho com base na GRI, como as de Gallego (2006) e Tarquinio, Raucci e Benedetti (2018).

a) Dimensão ambiental: Com o avanço das discussões sobre as mudanças climáticas, esta dimensão tem recebido atenção por parte de todos os *stakeholders*. Muitas das ações ambientais dentro das organizações dependem do engajamento dos funcionários, e o treinamento deles contribui positivamente para o desempenho sustentável da empresa (MOUSA; OTHMAN, 2020; ZAID; JAARON; BON, 2018). Desta forma, metas como redução de consumo de água e de energia só serão atingidas com a colaboração de toda a equipe.

Quadro 4 – Comparação entre os indicadores da dimensão ambiental

GRI Standards	GSE de Callado (2010)
303 - Água	(I ₂) Quantidade de água utilizada
307 - Conformidade ambiental 307-1 - Não conformidade com leis e regulamentos	(I ₃) Processos decorrentes de infrações ambientais
404 - Treinamento e educação	(I ₄) Treinamento educação de funcionários
302 - Energia	(I ₅) Economia de energia
203 - Impactos econômicos indiretos	(I ₆) Desenvolvimento de tecnologia equilibradas
416 - Saúde e segurança do cliente 2016	(I ₇) Ciclo de vida dos produtos
305 - Emissões	(I ₈) Quantidade de combustível fóssil utilizado por ano
303 - Água	(I ₉) Reciclagem e reutilização da água
201-4	(I ₁₁) Fontes de recursos utilizados
306-2 - Resíduos por tipo e método de disposição	(I ₁₂) Redução de resíduos
306-2 - Resíduos por tipo e método de disposição	(I ₁₃) Produção de resíduos tóxicos
306-2 - Resíduos por tipo e método de disposição	(I ₁₅) Qualidade do solo
303-3	(I ₁₆) Qualidade de gestão de superfície

Fonte: adaptado de GRI (2016) e Callado (2010).

b) Dimensão social: Na dimensão social, podem conter métricas que avaliam as questões relativas a funcionários, assim como relacionadas com a comunidade na qual a empresas está inserida (RAJESH, 2020). Os indicadores enumerados por Callado (2010) enfatizam as preocupações das organizações com a sua equipe de trabalho.

Quadro 5 – Comparação entre os indicadores da dimensão social

GRI Standards	GSE de Callado (2010)
401 - Emprego - contratações de novos	(I ₃₁) Geração de trabalho e renda
404-2 - Treinamento e educação	(I ₃₂) Auxílio em educação e treinamento
403 - Saúde e segurança 2018	(I ₃₃) Padrão de segurança de trabalho
102-16 e 102-17	(I ₃₄) Ética organizacional
405 - Diversidade e igualdade de oportunidade	(I ₃₅) Interação social
401-1 - Novas contratações e rotatividade de funcionários	(I ₃₆) Empregabilidade e gerenciamento de fim de carreira
203-2 - Impactos econômicos indiretos significativos	(I ₃₇) Políticas de distribuição de resultados
404-2 - Treinamento e educação	(I ₃₉) Capacitação e desenvolvimento de funcionários

403-2 - Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	(I ₄₀) Acidentes fatais
401- 1 - Novas contratações e rotatividade de pessoal	(I ₄₁) Contratos legais
403-6 - Promoção da saúde do trabalhador	(I ₄₂) Estresse de trabalho
416 - Saúde e segurança do cliente 2016	(I ₄₃) Segurança do produto

Fonte: adaptado de GRI (2016) e Callado (2010).

c) Dimensão econômica: A análise desta dimensão é importante para as organizações avaliarem as condições econômicas, que são um fator preponderante para a manutenção das atividades empresariais por um longo período (RAJESH, 2020). As métricas econômicas (Quadro 5) não dizem respeito somente a indicadores de lucratividade e endividamento, são examinados também os investimentos que proporcionem o bem-estar de funcionários e clientes e destinação de recursos que permitam o desenvolvimento das atividades econômicas com o menor dano possível ao meio ambiente.

Quadro 6 – Comparação dos indicadores da dimensão econômica

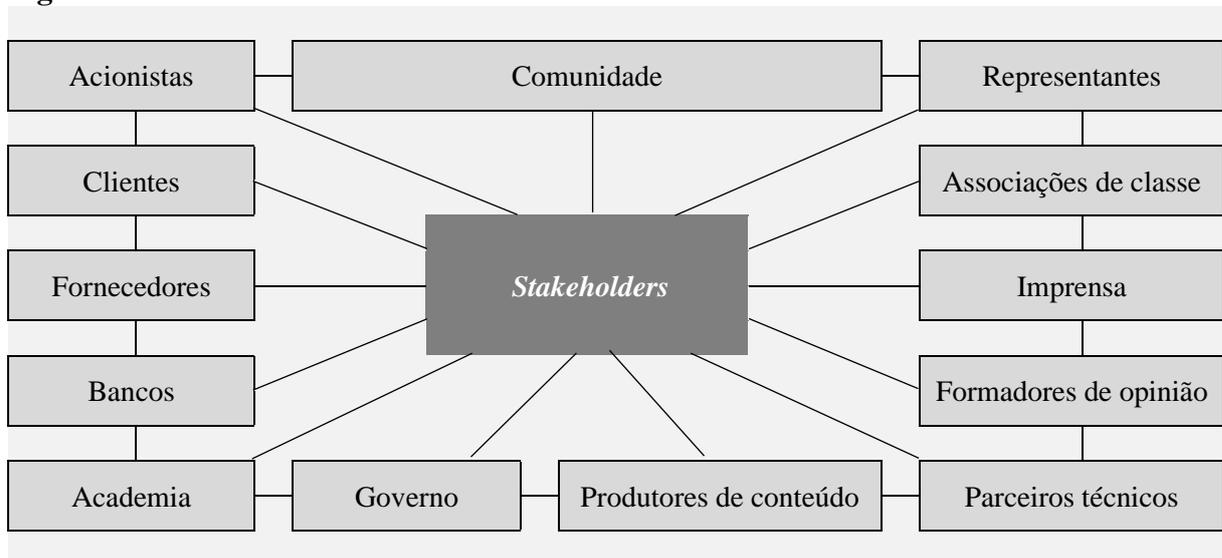
<i>GRI Standards</i>	GSE de Callado (2010)
102-16 e 102-17	(I ₁₇) Investimento ético
201-3 - Obrigações do plano de benefícios definidos e outros planos de aposentadoria	(I ₁₈) Gastos em saúde e em segurança
203-1 - Investimentos em infraestrutura e serviços suportados	(I ₁₉) Investimentos em tecnologias limpas
201-1 - Valor econômico direto gerado e distribuído	(I ₂₀) Nível de endividamento
201-1 - Valor econômico direto gerado e distribuído	(I ₂₁) Lucratividade
102-6 - Mercados atendidos	(I ₂₂) Participação de mercado
201-2 - Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às mudanças climáticas	(I ₂₄) Gastos em proteção ambiental
201-3 - Obrigações do plano de benefícios definidos e outros planos de aposentadoria	(I ₂₈) Gastos com benefícios
201-1	(I ₂₉) Retorno sobre capital investido
416 - Saúde e segurança do cliente	(I ₃₀) Selos de qualidade

Fonte: adaptado de GRI (2016) e Callado (2010).

3 TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

Stakeholder é qualquer grupo ou indivíduo (Figura 2) que possa afetar ou seja afetado pelas atividades e objetivos da organização (FREEMAN, 1984). A teoria dos *stakeholders* é relevante, pois visa apoiar a sustentabilidade corporativa, uma vez que leva em conta o interesse, os direitos e as necessidades de diferentes partes interessadas de uma empresa como uma forma eficaz de influenciar um comportamento socialmente responsável entre organizações (DAWKINS; LEWIS, 2003; MAIGNAN; FERRELL; HULT, 1999).

Figura 2 – Lista de *stakeholders*



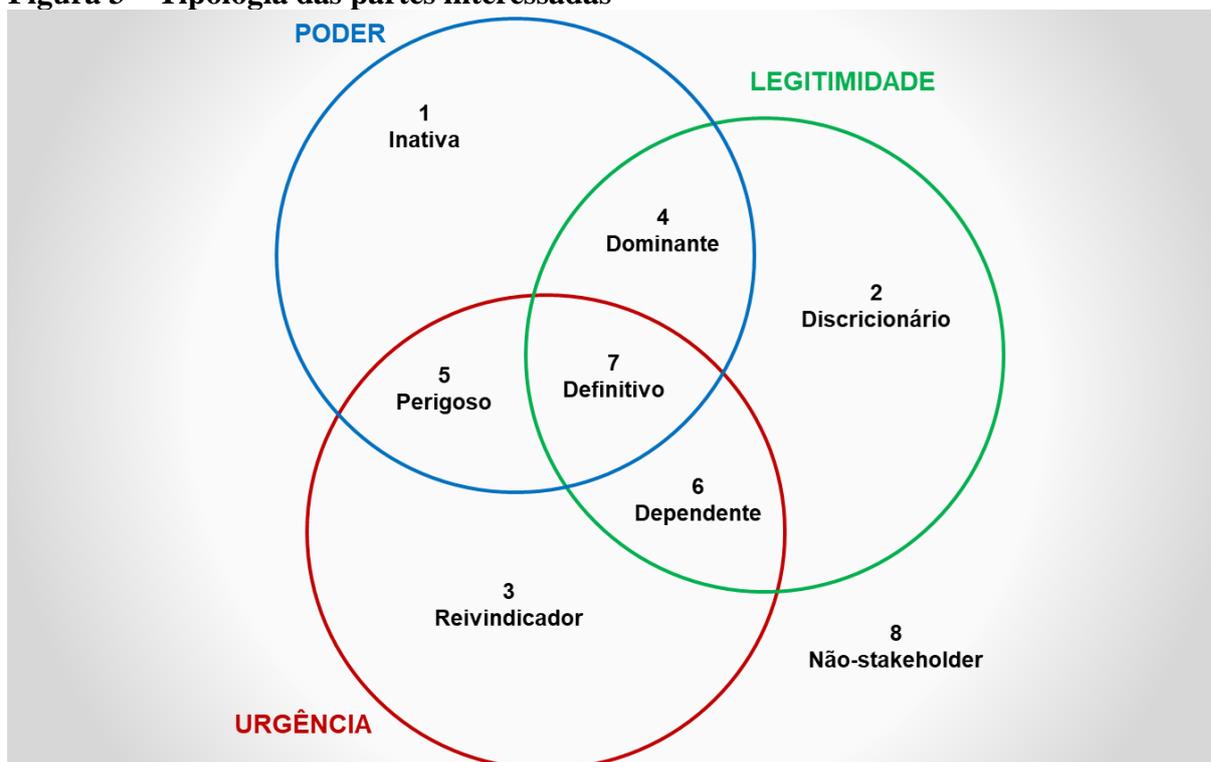
Fonte: elaboração própria.

Manzurul (2006) relata a relevância da teoria dos *stakeholders* na pesquisa contábil como uma abordagem alternativa para a teoria dos acionistas, ao considerar a preponderância da maximização de valor para os acionistas, visto que as circunstâncias contemporâneas podem ser questionadas e o sucesso da empresa moderna depende do nível de sustentabilidade e das necessidades dos *stakeholders*. Para o autor, o foco central seria a estrutura de governança, ressaltando, também, que a teoria dos *stakeholders* desafia a teoria econômica neoclássica da empresa, por defender o interesse de todas as partes interessadas e não apenas o dos acionistas.

Segundo Clarkson (1995, p. 106-106), existem dois tipos de partes interessadas: (a) primárias, se caracterizam como “alguém sem cuja participação contínua a corporação não pode sobreviver como uma empresa em funcionamento”; e (b) secundárias, “aquelas que influenciam ou afetam, ou são influenciadas ou afetadas pela corporação, mas elas não estão envolvidas em transações com a corporação e não são essenciais para sua sobrevivência”.

Mitchell, Angle e Wood (1997) elaboraram um modelo que dá prioridade para os interessados nas dimensões principais afetadas ou que afetam a sobrevivência da organização, considerando-se três fatores relevantes para distinguir as categorias desse modelo: (a) noções de poder (autoridade e posse); (b) legitimidade; e (c) urgência (Figura 3).

Figura 3 – Tipologia das partes interessadas



Fonte: Mitchell, Angle e Wood (1997, p. 854).

No estudo de Xavier, Vieira e Costa (2011, p. 170-171), os autores apresentam os conceitos de Mitchell, Angle e Wood (1997) sobre a divisão das dimensões: (a) poder “refere-se à posse ou à obtenção de recursos coercitivos, recursos utilitários e, ou, recursos simbólicos, para impor sua vontade à organização”; (b) legitimidade “é utilizado por vários autores que incluem abordagens de legitimidade por contratos, legitimidade moral, responsabilidade sobre danos aos *stakeholders*”; e (c) urgência “reflete a necessidade por atenção imediata às demandas ou interesses de um determinado *stakeholder* nas dimensões de sensibilidade temporal e de criticalidade”, sendo que “é por meio desse atributo que o modelo ganha dinamismo devido à sua origem no relacionamento entre os *stakeholders* e os gestores da organização”.

Conforme o Quadro 6, as categorias foram classificadas e divididas por quatro grupos, resultado da intercepção entre as três dimensões (poder, legitimidade e urgência), e foram denominados por latentes (1, 2 e 3), expectantes (4, 5 e 6), definitivo (7) e não *stakeholder* (8).

Quadro 7 – Características dos *stakeholders*

Nº	Tipo de <i>stakeholder</i>	Características	Exemplo	
1	Latentes	Inativos	O atributo relevante de uma participação inativa é o poder. Eles possuem poder para impor sua vontade em uma empresa, mas, por não terem um relacionamento legítimo ou uma reivindicação urgente, ficam adormecidos.	Empregados demitidos.
2		Discricionários	Apesar de possuírem o atributo de legitimidade, eles não têm poder para influenciar a empresa sem reivindicações urgentes. São particularmente grupos de pesquisadores de responsabilidade social e desempenho corporativo.	Entidades que recebem apoios diversos das empresas.
3		Reivindicadores	São reivindicadores, mas, se não tiverem poder e legitimidade, são insuficientes para reivindicar e serem ouvidos pela empresa.	Pessoas isoladas que reclamam da empresa.
4	Expectantes	Dominantes	São poderosos e legítimos, sua influência na empresa é garantida, eles formam a “coalizão dominante” de uma empresa.	Conselhos de administração, credores significativos e líderes comunitários.
5		Perigosos	Podem usar poder coercitivo de forma ilegítima. Eles não apenas estão fora dos limites da legitimidade, como são perigosos, tanto para o relacionamento entre partes interessadas quanto para o gerente, os indivíduos e as entidades envolvidas.	Terroristas, grevistas.
6		Dependentes	Não possuem poder, mas têm reivindicações legítimas urgentes como “dependentes”, pois dependem de outras partes interessadas (ou gerentes) com poder necessário para realizar sua vontade.	Comunidades afetadas pela ação da empresa.
7		Definitivos	Por definição, uma parte interessada que possui poder e legitimidade já será um membro da coalizão dominante de uma empresa. Quando essa parte se torna urgente, os gerentes têm um mandato claro e imediato para atender e priorizar a reivindicação do interessado. É provável que a ocorrência seja o movimento de uma parte dominante para a categoria “definitiva”.	Acionistas
8		Não <i>stakeholders</i>	Não se adapta a nenhuma categoria, está fora de alcance das partes envolvidas.	–

Fonte: adaptado de Mitchell, Angle e Wood (1997, p. 874-878) e Lopes (2015, p. 46).

Segundo Melo e Régis (2012, p. 111) “esses atores sociais com interesses em determinada organização têm sido denominados *stakeholders* (partes interessadas) na literatura sobre administração. A abordagem do *stakeholder* ajuda a entender as organizações dentro de seus contextos”. Os autores também relatam que “a identificação dos *stakeholders* de uma organização possibilita o desenvolvimento de ações para a adaptação ao contexto”.

Essa abordagem reconhece que as exigências sobre as organizações crescem continuamente, o que inclui uma variedade mais ampla de grupos tradicionalmente definidos como *stakeholders*. Ainda com a velocidade das mudanças tecnológicas e sociais afetando as empresas, a teoria dos *stakeholders* alcançou maior visibilidade. O poder de cada interessado passou a variar em cada campo de negócios, em cada posição das empresas e no tempo, o que implica em constantes análises do jogo de interesses (GIGLIO; RYNGELBLUM, 2010, p. 88-89).

Enquanto Argenti (1993) apresenta críticas de ineficiência na teoria dos *stakeholders* causadas por divergências entre as partes interessadas, sugerindo categorizá-las em grupos de

interesses para clarificar o entendimento, Donaldson e Preston (1995) salientam a relevância da teoria dos *stakeholders* como precisa em descrição, poder instrumental e validade normativa.

Para Manzurul (2006), a teoria dos *stakeholders* se concentra do ponto de vista das partes interessadas da organização e, portanto, a base dessa teoria é apoiada por contrato social, legitimidade, teorias éticas e institucionais, que direcionam o foco central para o levantamento de questões que alimentam as discussões sobre quem são os interessados, quais são essas participações e como a administração formula estratégias que priorizem as partes interessadas.

De acordo com Deegan (2002), os argumentos teóricos dos contratos sociais pressupõem que a base da existência de uma organização é explicada pelos limites implícitos nas expectativas sociais. A legitimidade alcançada a partir dessas expectativas adentra nas noções teóricas do contrato social, que tem como finalidade mediar o relacionamento entre organização e sociedade.

Buchholz (1993) afirmou que as organizações são instituições sociais, logo, produz impactos que afetam a sociedade em geral. Por meio dessa perspectiva, uma empresa oferece benefícios para a sociedade, mas, do outro lado, também causa problemas externos gerados pelas suas atividades, afetando indiretamente a qualidade de vida na comunidade. O autor ainda menciona que o objetivo principal da organização é maximizar o lucro, entretanto, a continuidade da organização depende das expectativas da sociedade, então se justifica a ampliação do conceito de responsabilidade social e ambiental mediante o “contrato social”.

A partir dessa visão social e ambiental, para assegurarem sua continuidade, as organizações estão buscando se legitimar por meio dos relatórios produzidos pela contabilidade social e ambiental. As divulgações compostas por esses aspectos são de natureza voluntária, porém regulamentada por órgãos como a GRI, SA8000 e AccountAbility1000. A GRI tem uma abordagem mais ampla, que traz diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade com informações econômicas, ambientais e sociais, e tem como papel a regulamentação. Já a SA8000 prescreve um conjunto de códigos e padrões aplicados no nível da fábrica com o objetivo de alcançar responsabilidade nas operações. E o AccountAbility1000 especifica um processo baseado em princípios éticos para relatar o desempenho organizacional assistindo diferentes grupos de interessados, e definem objetivos, metas e medidas de melhoria e estabelecem mecanismo de realimentação (MANZURUL, 2006).

Há exemplos de relatórios que contemplam as operações de uma organização, com a finalidade de medir e avaliar o desempenho financeiro, social e ambiental, são eles: Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem como objetivo demonstrar a distribuição da geração de riqueza entre diferentes partes interessadas, mas não alcança as partes em sua

maioria; *balanced scorecard* (BSC), que mede o desempenho em quatro diferentes perspectivas (do cliente, financeira, do processo interno e do aprendizado/crescimento); e TBL, que acompanha e comunica o desempenho social, econômico e ambiental das atividades organizacionais (BROWN; JONG; LESSIDRENSKA, 2009; DEEGAN, 2002).

Manzurul (2006) ressalta que a contabilidade, sobre perspectiva dos *stakeholders*, tem como foco uma concepção mais ampla no desempenho e comunicação organizacional, enfatizando as partes interessadas dentro da sociedade. Portanto, essa perspectiva promove a produção de informações e divulgações financeiras, sociais e ambientais, com o objetivo de demonstrar os efeitos de suas operações organizacionais para os *stakeholders*.

O estudo de Choi e Wang (2009) relata a melhora na eficácia em organizações orientadas pela abordagem do *stakeholder*. Além de indicar que os clientes podem aumentar a demanda pelos produtos da empresa, assim como os fornecedores poderão compartilhar suas informações com a empresa, também relata que o relacionamento saudável com as partes interessadas pode ser uma fonte valiosa de vantagem competitiva.

Almeida (2018) investigou como o sistema cooperativista evidencia os riscos ambientais fundamentado pela teoria dos *stakeholders* e responsabilidade social corporativa, tendo como objeto de estudo as evidenciações das informações socioambientais de uma cooperativa de crédito. Para atender à necessidade da pesquisa, considerou a publicação das estruturas conceituais internacionais sobre a relevância da divulgação de informações não financeiras, como: 2011 e 2016 – Basel Committee on Banking Supervision (BCBS); 2012 – GRI; 2013 – International Co-operative Alliance (ICA); 2015 – United Nations Environment Programme (Unep); 2016 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), entre outros. No estudo de Almeida (2018, p. 125-127):

Constatou-se que a identificação do perfil dos *stakeholders* é uma forma de mitigar os riscos socioambientais, e nessa perspectiva, inseriu-se o engajamento com os *stakeholders*, o qual propiciou reconhecer as características dos mesmos; [...] Ainda, têm-se contribuições práticas à sociedade como a discussão dos riscos socioambientais, pois a sua materialização ocasiona perdas financeiras aos cooperados, SFN e à sociedade, e indiretamente pode afetar outros *stakeholders* das cooperativas de crédito.

Mediante as discussões acerca da teoria dos *stakeholders*, torna-se relevante a medição de desempenho de todo fluxo de capital financeiro e não financeiro atrelados à empresa, como também a sua evidenciação. A divulgação desses desempenhos demonstra a relação transparente com todas as partes interessadas e, ainda, evidencia suas ações positivas ou negativas na tentativa de legitimarem-se perante a sociedade.

Quanto à materialidade, “as informações no relatório devem cobrir temas e indicadores que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização e/ou possam influenciar de forma substancial as avaliações e decisões dos *stakeholders*” (BRONSTEIN, 2013, p. 15).

Quanto à relação de desempenho corporativo financeiro ou não financeiro e a teoria dos *stakeholders*, são mencionadas em vários estudos (STARIK, 1994; JONES, 1995; ATKINSON; WATERHOUSE; WELLS, 1997; WEHRMEYER; TYTECA, 1998; BERMAN *et al.*, 1999; BROWN, 2000; AZAPAGIC, 2002; BHIMANI; SOONAWALLA, 2005; MAZON; MONZONI; RIBEIRO, 2005; GRI, 2013; CAMPOS, 2006; SCHALTEGGER; WAGNER, 2006; BASU; PALAZZO, 2008; ACCOUNTABILITY, 2008; NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2009; FASSIN, 2012; SILVA; NUZUM; SCHALTEGGER, 2019).

4 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

4.1 COOPERATIVAS: OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A organização em cooperativas iniciou-se no final do século XIX, e ao longo do tempo as cooperativas agropecuárias ganharam destaque na produção de alimentos (NEVES; CASTRO; FREITAS, 2019). Com o passar do tempo, as cooperativas contribuíram para o desenvolvimento das localidades em que estavam situadas, auxiliando de forma significativa para o fortalecimento dos pequenos produtores (MORAES; SCHWAB, 2019).

Verhofstadt e Maertens (2015) elencam três tipos de cooperativas: (a) as de terra são as que compram ou alugam terras agrícolas de forma conjunta; (b) as de terra e *marketing*, além das características das primeiras, possuem a comercialização coletiva, mas a produção é individual; (c) nas de produção todo o processo é realizado em grupo, desde a aquisição de terra, passando pelo cultivo até chegar na venda dos produtos.

Independentemente do tipo da cooperativa, todas objetivam proporcionar aumento de renda e acesso a atividades socioculturais aos cooperados ao mesmo tempo em que preservam o meio ambiente, e por conta deste objetivo, as cooperativas têm um potencial para contribuir para o desenvolvimento sustentável dos locais onde estão situadas (ARIS *et al.*, 2018).

Muitos são os benefícios para o Poder Público ao colaborar com o desenvolvimento das cooperativas, como a minimização dos conflitos por terra, a facilitação do desenvolvimento de programas socioeconômicos e a redução dos projetos de desenvolvimento do campo por parte do Estado (STATTMAN; MOL, 2014). Este entendimento é reforçado por Aris *et al.* (2018, p. 4), ao apresentarem alguns benefícios do movimento cooperativista, como “redução da pobreza, geração de empregos e redução das desigualdades sociais”. Uma das formas como o Poder Público tem incentivado as cooperativas agrícolas é por meio da política de compras governamentais (MORAES; SCHWAB, 2019).

Em um estudo com produtores de café na Etiópia, percebeu-se que os membros de cooperativas são mais satisfeitos que os não participantes, o que pode ser explicado pela interação entre eles nas reuniões, contribuindo para troca de conhecimento e aumento da confiança. Por outro lado, contrariando as expectativas, os participantes de cooperativas não possuem um maior engajamento ambiental, inclusive existe um desempenho negativo dos cooperados, o que pode ser explicado por eles aumentarem as atividades com a finalidade de incrementar a produtividade (MOJO; FISCHER; DEGEFA, 2015).

Na pesquisa realizada com agricultores de Ruanda, comparando-se os que participavam com os que não participavam de cooperativas, foi identificado que os cooperados possuem uma renda maior que os não cooperados, e que os produtores das cooperativas mais distantes da região central ganham mais que os cooperados residentes próximos aos grandes centros (VERHOFSTADT; MAERTENS, 2015). Ainda de acordo com os resultados destes autores, os benefícios de participar de cooperativas independem do grau de instrução, sexo ou número de membros da família dos agricultores, o que poderia suscitar políticas públicas para incentivar a participação de mulheres nas cooperativas, principalmente as com pouco estudo e sem experiência profissional.

4.3 COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar é uma atividade presente em cada uma das regiões do Brasil. Uma de suas características é manter o homem no campo ao possibilitar um meio de subsistência digno. Moraes e Schwab (2019) afirmam que a agricultura familiar reduz as vulnerabilidades socioeconômicas que acometem o meio rural, o que faz necessário o apoio de políticas públicas que fomentem o profissionalismo dessa atividade.

Segundo Altman (2015), as cooperativas agrícolas têm o papel de promover o desenvolvimento rural por meio da geração de emprego e renda, emancipação social e empoderamento das comunidades rurais, de forma que ocorre uma modificação na configuração desses espaços, devido ao suprimento de necessidades básicas, segurança alimentar e melhor distribuição de renda, o que tem como consequência a redução da pobreza.

A agricultura familiar começou a ganhar legitimação perante o Estado brasileiro a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem atuado mediante fomento com a concessão de crédito para financiamento de projetos e o fornecimento de assistência técnica e extensão rural. De acordo com Miranda e Gomes (2016), a implementação desta política contribuiu para o desenvolvimento rural sustentável, ao possibilitar a elevação da renda, o fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar e estimular a manutenção local da atividade agrícola de pequena escala.

Outras medidas de estímulo à agricultura familiar foram: as políticas públicas de criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003; e a determinação da Lei nº 11.947/2009 para que a compra de gêneros alimentícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) fosse de, no mínimo, 30%, junto a agricultores e de empreendimentos da agricultura familiar. Ao incentivarem a promoção e fortalecimento da agricultura familiar, o

Pnae e o PAA trouxeram oportunidades significativas para a agricultura familiar no Brasil (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015).

No contexto brasileiro e em termos legais, a agricultura familiar foi definida por meio da Lei nº 11.326/2006, a qual delibera que agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural e atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (a) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; (b) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (c) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e (d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Segundo o Decreto nº 9.064/2017, estabelecimento de agricultura familiar é a unidade territorial, contígua ou não, à disposição da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), sob as formas de domínio ou posse admitidas em lei (BRASIL, 2017). No Brasil, conforme o Censo Agro 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), existem cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar e, destes, 579,5 mil estão associados a cooperativas, o equivalente a 11,4% de todos os estabelecimentos agropecuários do país.

Em comparação ao último Censo Agro de 2006, houve um aumento de 67,3% de estabelecimentos da agricultura familiar vinculados a cooperativas. Os estados da região Sul se destacam com os maiores percentuais de estabelecimentos associados a cooperativas, entre 20% e 40%. Atualmente, a agricultura familiar no Brasil emprega quase 67% da mão de obra no campo, cerca de 10,1 milhões de pessoas, e é responsável por 23% de toda a produção agropecuária brasileira, ao passo que a produção decorrente da agricultura familiar chegou ao valor de R\$ 107 bilhões (IBGE, 2018).

No contexto de distribuição entre as regiões do país (Tabela 1), percebe-se que o Nordeste continua sendo a região com maior percentual de mão de obra presente na agricultura familiar.

Tabela 1 – Percentual de pessoas na agricultura familiar – Censo Agro 2017

Regiões do país	%
Centro-Oeste	5,5
Nordeste	46,5
Norte	15,5
Sudeste	16,5
Sul	16,0
Total	100,0

Fonte: IBGE (2018).

A articulação de produtores da agricultura familiar para formar cooperativas foi impulsionada pelo Código Civil de 2002, ao determinar que as associações não poderiam mais

realizar a intermediação econômica dos produtos de seus associados. Desde modo, houve o crescimento da forma jurídica de cooperativas de agricultura familiar, pois os agricultores que já eram organizados em associações viram a necessidade da criação de cooperativas para fazer a comercialização de seus produtos. Nesse período, outro fato que estimulou a criação de cooperativas de agricultura familiar foi o PAA, instituído em 2003, de forma que agricultores se uniram e constituíram cooperativas para acessar o programa (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015).

O processo de constituição de uma cooperativa como empreendimento da agricultura familiar exige a Declaração de Aptidão ao Pronaf para pessoas jurídicas (DAP – Jurídica). Entre os requisitos para a obtenção deste documento está a necessidade de no mínimo 70% de seus sócios/cooperados terem a DAP física e pelo menos 55% de sua produção beneficiada, processada ou comercializada ser oriunda de seus sócios com DAP física (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015).

No estudo sobre a eficiência das cooperativas da agricultura familiar, no contexto da economia solidária no Brasil, Von Ende (2017) identificou, por meio do cruzamento dos dados da Declaração de Aptidão ao Pronaf/Pessoa Jurídica (DAP/PJ) histórica com o Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), o número de 352 cooperativas de agricultura familiar de empreendimentos solidários e 1.833 cooperativas de agricultura familiar que possuem cadastro na DAP/PJ (Tabela 2).

Tabela 2 – Cooperativas de agricultura familiar por região brasileira

Região	Base Sies 2010-2013		Base DAP/PJ histórica (2015)	
	Nº	%	Nº	%
Centro-oeste	42	11,9	156	8,5
Nordeste	67	19,0	460	25,1
Norte	39	11,1	209	11,4
Sudeste	21	6,0	307	16,7
Sul	183	52,0	701	38,2
Total	352	100,0	1.833	100,0

Fonte: adaptado de Von Ende (2017).

Com base nestes dados, é possível perceber que na região Sul há um maior número de cooperativas de agricultura familiar. Ao relacionar essa informação com os percentuais do Censo Agro 2017 (Tabela 1), pode-se compreender que a agricultura familiar na região Sul está mais organizada por meio de cooperativas do que nas outras regiões do país. Conforme os dados da Tabela 2, mais da metade das cooperativas da agricultura familiar de empreendimento solidário estão na região Sul, enquanto que na região Nordeste, onde há um maior número de pessoas ocupadas na atividade de agricultura familiar, existe uma quantidade de cooperativas

que corresponde a um percentual de apenas 19% em relação ao total desses empreendimentos no país.

As cooperativas atuam como importantes instrumentos no desenvolvimento rural sustentável, pois auxiliam os agricultores familiares a obterem uma maior economia ao reduzirem os custos de produção e de serviços, como transporte e armazenamento (FREITAG; KLESENER; PLEIN, 2019).

Ao estudar algumas práticas, vantagens e desafios da agricultura familiar, Andrade e Alves (2013) perceberam que há um grande interesse dos produtores em diversificar a produção, alcançar maior agregação de valor aos produtos e obter melhor competitividade no mercado. No entanto, há barreiras que limitam o crescimento das cooperativas, como o pouco incentivo do Poder Público e a falta de recursos financeiros e qualificação técnica.

Já no estudo sobre o perfil das cooperativas de agricultura familiar em Minas Gerais e as principais dificuldades para acessar o mercado institucional, Costa, Amorim Junior e Silva (2015) identificaram que problemas relacionados a assistência técnica, adequação sanitária, gestão e logística impedem as cooperativas de acessarem mercados nos grandes centros de Minas Gerais.

Neste contexto, Mariano e Braga (2018) analisaram, por meio da avaliação dos Planos de Aprimoramento, do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Mais Gestão, quais os problemas associados a gestão de cooperativas de agricultura familiar da região Sudeste. Eles perceberam que os principais gargalos das cooperativas estudadas eram a falta de adoção de mecanismos de gestão organizacional e financeira.

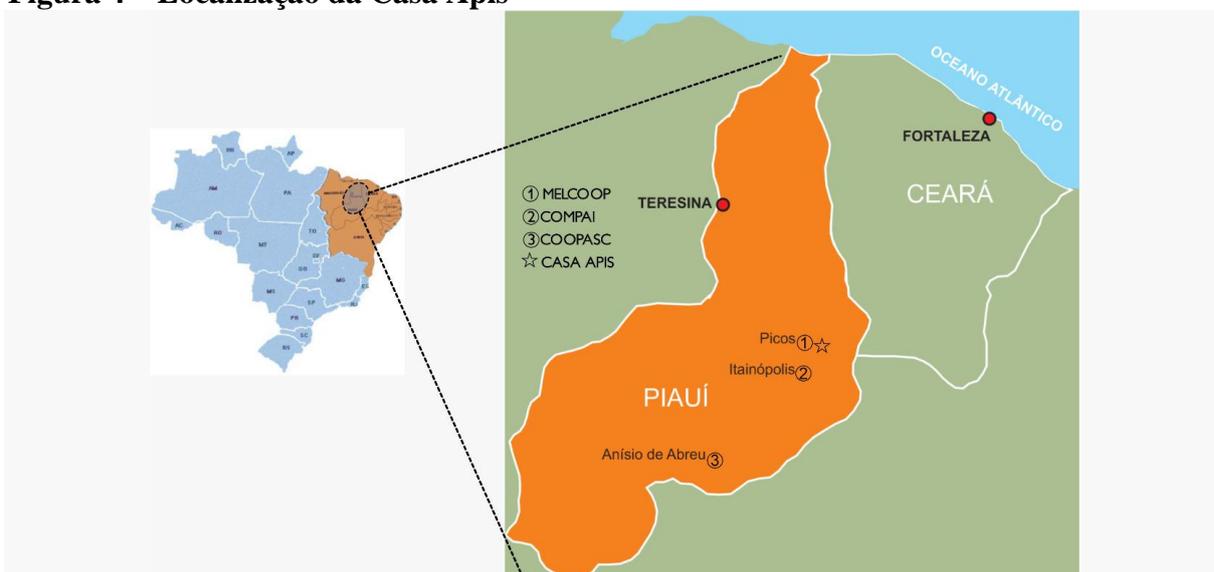
Santos, Ferreira e Campos (2019) pesquisaram as principais barreiras do desempenho em cooperativas de agricultura familiar, na tentativa de compreenderem como essas barreiras poderiam criar entraves no acesso e execução de políticas públicas. Os autores constataram que restrições de recursos e baixa participação dos associados prejudicavam o crescimento dessas cooperativas, além de problemas na gestão e falta de assistência técnica.

4.4 CASA APIS

A Casa Apis, localizada na cidade de Picos, no estado do Piauí (Figura 4), foi criada em 2005, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda e Combate à Pobreza no Nordeste (Promel). Mediante a aplicação de investimentos sociais da Fundação Banco do Brasil, da ordem de R\$ 2,6 milhões, a Casa Apis vem se consolidando no mercado internacional e no interno na venda de mel orgânico. Com 863 cooperados afiliados, o seu quadro de atuação

abrange 69 comunidades da zona rural de 26 municípios do semiárido piauiense. O volume de produção desta cooperativa variou entre 20% e 30% do total da produção do Estado nos últimos 4 anos.

Figura 4 – Localização da Casa Apis



Fonte: adaptado de Casa Apis (2019).

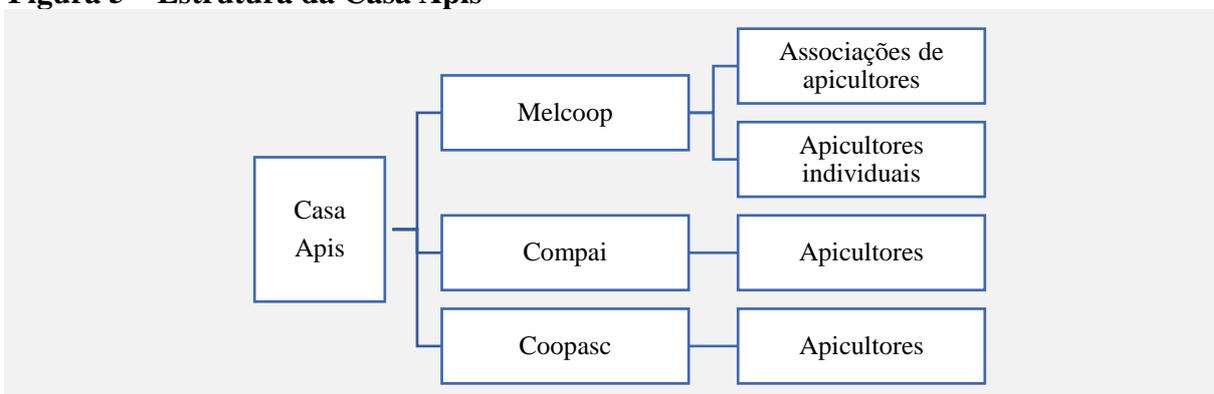
Segundo os dados da OCB (2019), há 125 cooperativas dos diversos ramos que movimentam o comércio exterior. A Casa Apis faz parte desse conjunto, e alcançou essa posição por meio da união de vários apicultores da agricultura familiar. Com o apoio de vários parceiros institucionais, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e universidades, tem formado uma estrutura organizacional com *know-how* qualificado.

No estado do Piauí, é uma das três cooperativas que possuem cadastro junto à Secretaria de Comércio Exterior (Secex). A criação da Casa Apis possibilitou uma melhoria na organização e na logística de recolhimento do mel, e facilitou a comercialização dessa *commodity*. A cadeia produtiva de mel abrange 26 municípios do estado do Piauí, com 863 apicultores cooperados.

Mediante esse empreendimento, famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social receberam capacitação para o manejo racional das abelhas, com isso houve o empoderamento dessas comunidades, que obtiveram nova fonte de renda (SOUSA, 2014). A inauguração da indústria de processamento e comercialização do mel da Casa Apis ocorreu em 18 de setembro de 2007, com investimento social da Fundação Banco do Brasil e parceiros institucionais, como The International Cocoa Organization (ICCO) e Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil).

Atualmente, a Casa Apis é formada por três cooperativas singulares (**Figura 5** –): a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores (Compai), a Cooperativa dos Apicultores e Produtores Rurais do Território Serra da Capivara (Coopasc) e a Cooperativa de Apicultores do Piauí (Melcoop) (CASA APIS, 2019). A forma organizacional das cooperativas singulares segue as particularidades de seus estatutos, sendo que a Melcoop possui uma base produtiva maior, com mais cooperados, devido ser formada por associações de apicultores de várias comunidades.

Figura 5 – Estrutura da Casa Apis



Fonte: adaptado de Casa Apis (2019).

Em busca de valorização e reconhecimento da qualidade do mel produzido no semiárido piauiense, a Casa Apis obteve em 2007 a certificação Fair Trade, que favoreceu a conquista de espaço no mercado dos Estados Unidos da América e da União Europeia. Ao mesmo tempo, a inserção nesses mercados trouxe uma maior exigência pela qualidade das atividades desenvolvidas nas cooperativas que fazem parte da Casa Apis.

5 METODOLOGIA

5.1 TIPO DE PESQUISA

Neste estudo foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa. Uma abordagem de pesquisa qualitativa é definida como “um processo de pesquisa que analisa os dados indicativos para aprender sobre o significado que os participantes ousam sobre um problema ou questões identificadas ou temas” (LEWIS, 2015, p. 473).

Da mesma forma, Eriksson e Kovalainen (2015) indicam que uma pesquisa qualitativa enfatiza tanto a interpretação quanto a compreensão. Saunders, Lewis e Thornhill (2016) expressam que um método qualitativo frequentemente contém dados não numéricos, como palavras, imagens e vídeos.

A presente pesquisa utiliza o método estudo de caso, por meio do qual se realizou a análise de conteúdo e a triangulação dos dados (YIN, 2005; BARDIN, 2011). A triangulação foi realizada mediante as informações obtidas nos questionários e na análise dos dados estatísticos oficiais, correlacionando-os com a literatura. Grashuis e Su (2019) explicam que devido à pouca disponibilidade de dados não agregados sobre as cooperativas de agricultores, o método do estudo de caso pode ser a melhor opção para aprofundar o entendimento sobre a sobrevivência da cooperativa.

Segundo Saunders, Lewis e Thornhill (2016), é essencial compreender o contexto ao realizar uma pesquisa de estudo de caso. Além disso, pode ser vantajoso utilizar, por exemplo, diferentes combinações de registros, documentos, questionários, reflexões e entrevistas na pesquisa do estudo de caso.

5.2 MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa baseou-se numa abordagem exploratória descritiva, utilizando-se do GSE desenvolvido por Callado (2010), o qual pode ser utilizado para analisar o desempenho de sustentabilidade por diferentes tipos de empresas, independentemente de suas características.

O modelo GSE tem como escopo a avaliação de variáveis das dimensões ambientais, econômicas e sociais. Para a obtenção das informações, utiliza-se como instrumento um questionário semiestruturado, aplicado por meio de entrevista, em que é avaliado qual parâmetro é seguido pela organização naquele momento.

Deste modo, a presente pesquisa utilizou como procedimento para coleta de dados entrevista semiestruturada junto ao Diretor-geral da Casa Apis, observação participante em reuniões, visitas a comunidades que fazem parte da Cooperativa, consulta aos demonstrativos contábeis dos anos 2015 a 2018.

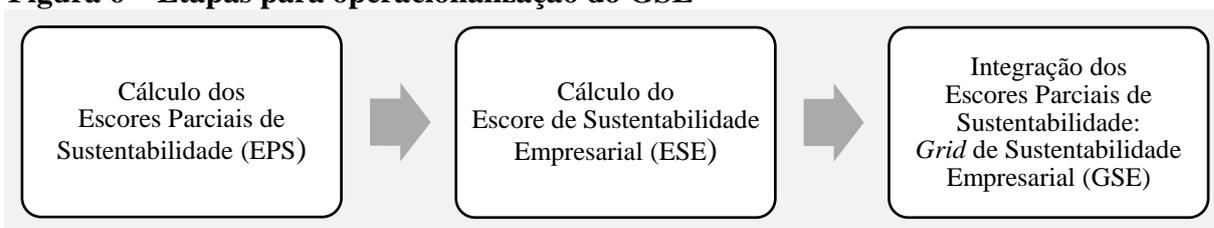
A entrevista semiestruturada ocorreu de forma direcionada pelo questionário das dimensões ambientais, econômicas e sociais que formam o GSE de Callado (2010). A delimitação da pesquisa no âmbito da Casa Apis ocorreu devido esta possuir a representatividade das três cooperativas singulares que a compõe, tanto junto ao Poder Público, instituições multilaterais, como ao mercado interno e externo.

A opção pelas métricas utilizadas se justifica porque a pesquisa é referenciada por relevantes trabalhos (GOMES *et al.*, 2014; MUNCK; CELLA-DE-OLIVEIRA; BANSI, 2011) e suas métricas são utilizadas por pesquisas como a de Feil e Naime (2015). Outra razão é que o trabalho de Callado (2010) analisa o mesmo setor econômico que a presente pesquisa.

Associaram-se os indicadores de Callado (2010) às métricas utilizadas da GRI porque eles são os mais abrangentes e possuem um padrão de indicadores (ALAZZANI; WAN-HUSSIN, 2013).

A etapa da avaliação do desempenho sustentável mediante o modelo de Callado (2010) é formada por três fases: (a) cálculo dos escores parciais de sustentabilidade (EPS); (b) análise dos escores de sustentabilidade empresarial (ESE); e (c) posicionamento da empresa no GSE.

Figura 6 – Etapas para operacionalização do GSE



Fonte: adaptado de Callado (2010).

O cálculo de EPS tem por finalidade demonstrar os resultados das dimensões ambiental, social e econômica de sustentabilidade empresarial. Mediante os resultados desses escores calculados, identifica-se a conformidade satisfatória ou insatisfatória de cada uma das três dimensões de sustentabilidade avaliadas.

5.2.1 Cálculo dos escores parciais de sustentabilidade (EPS)

A etapa dos EPS é composta por 43 indicadores de sustentabilidade, sendo 16 ambientais, 14 econômicos e 13 sociais. Para essa seleção, Callado (2010) fez o levantamento de 435 indicadores na literatura e realizou um processo de avaliação junto a 10 especialistas (8 doutores e 2 mestres) no tema sustentabilidade.

Os especialistas avaliaram a relevância dos indicadores de sustentabilidade (apresentada como variável dicotômica “sim” ou “não”) e julgaram o grau de importância, por meio de uma escala Likert (muito importante – peso 3; importante – peso 2; relativamente importante – peso 1), dos indicadores assinalados como sendo relevantes para a mensuração da sustentabilidade empresarial (CALLADO, 2010). O peso dos indicadores (Tabela 3) foi definido pelo cálculo da média dos pesos atribuídos pelos especialistas que o selecionaram, de forma que, para os indicadores selecionados por 8 especialistas, obteve-se o peso atribuído pelo cálculo da média das 8 avaliações.

Tabela 3 – Indicadores de sustentabilidade e pesos atribuídos

Dimensão	Indicadores (<i>i</i>)	Peso atribuído (<i>w_i</i>)
Ambiental	(I ₁) Sistema de gestão ambiental (SGA)	2,250
	(I ₂) Quantidade de água utilizada	2,500
	(I ₃) Processos decorrentes de infrações ambientais	2,250
	(I ₄) Treinamento educação de funcionários	2,750
	(I ₅) Economia de energia	2,250
	(I ₆) Desenvolvimento de tecnologia equilibradas	2,286
	(I ₇) Ciclo de vida dos produtos	1,857
	(I ₈) Quantidade de combustível fóssil utilizado por ano	2,000
	(I ₉) Reciclagem e reutilização da água	2,500
	(I ₁₀) Acidentes ambientais	2,571
	(I ₁₁) Fontes de recursos utilizados	2,000
	(I ₁₂) Redução de resíduos	2,000
	(I ₁₃) Produção de resíduos tóxicos	2,143
	(I ₁₄) ISO 14001	1,714
	(I ₁₅) Qualidade do solo	2,286
	(I ₁₆) Qualidade de gestão de superfície	2,286
Econômica	(I ₁₇) Investimento ético	2,500
	(I ₁₈) Gastos em saúde e em segurança	2,000
	(I ₁₉) Investimentos em tecnologias limpas	2,250
	(I ₂₀) Nível de endividamento	1,857
	(I ₂₁) Lucratividade	2,143
	(I ₂₂) Participação de mercado	2,000
	(I ₂₃) Passivo ambiental	2,000
	(I ₂₄) Gastos em proteção ambiental	2,143
	(I ₂₅) Auditoria	1,857
	(I ₂₆) Avaliação de resultados da organização	2,286
	(I ₂₇) Volume de vendas	2,000
	(I ₂₈) Gastos com benefícios	2,143
	(I ₂₉) Retorno sobre capital investido	2,000
	(I ₃₀) Selos de qualidade	2,000
Social	(I ₃₁) Geração de trabalho e renda	2,429

(I ₃₂) Auxílio em educação e treinamento	2,000
(I ₃₃) Padrão de segurança de trabalho	2,250
(I ₃₄) Ética organizacional	2,375
(I ₃₅) Interação social	2,250
(I ₃₆) Empregabilidade e gerenciamento de fim de carreira	1,750
(I ₃₇) Políticas de distribuição de resultados	2,429
(I ₃₈) Conduta de padrão internacional	1,714
(I ₃₉) Capacitação e desenvolvimento de funcionários	2,429
(I ₄₀) Acidentes fatais	2,571
(I ₄₁) Contratos legais	2,286
(I ₄₂) Estresse de trabalho	2,143
(I ₄₃) Segurança do produto	1,857

Fonte: Callado (2010).

Para o cálculo do nível de desempenho de sustentabilidade, no questionário de aplicação da pesquisa, cada um dos 43 indicadores foi padronizado com 3 níveis de desempenho, e para cada nível foi atribuído um valor (Quadro 7).

Quadro 8 – Níveis de desempenho e valor atribuído para cada nível

Nível de desempenho	Característica	Valor atribuído
(1) Desempenho inferior	Quando a empresa apresentar desempenho insuficiente no indicador analisado	1
(2) Desempenho intermediário	Quando a empresa apresentar desempenho mediano no indicador analisado	2
(3) Desempenho superior	Quando a empresa apresentar desempenho superior no indicador analisado	3

Fonte: adaptado de Callado (2010).

Estabelecidos os níveis e o valor atribuído para cada um deles, chega-se ao modelo proposto de mensuração do desempenho empresarial por meio da seguinte equação:

$$\text{Desempenho da empresa} = \sum_{i=1}^n w_i P_i \quad (1)$$

Em que:

w_i = peso definido pelos especialistas ao indicador de desempenho i ;

p_i = nível de desempenho apresentado pela empresa no indicador i ;

n = número de indicadores considerados.

Desta maneira, a Tabela 5 apresenta os indicadores de sustentabilidade que constituem o GSE, seus respectivos níveis de desempenho e pesos atribuídos, conforme Callado (2010).

Tabela 4 – Grupo de indicadores e categorias de desempenho do GSE (continua)

Indicadores (<i>i</i>)	Peso atribuído	Desempenho	Desempenho	Desempenho
	ao indicador (w_i)	inferior (1) (w_i) x 1	intermediário (2) (w_i) x 2	superior (3) (w_i) x 3
Dimensão ambiental				
(I ₁) Sistema de gestão ambiental	2,250	2,25	4,50	6,75
(I ₂) Quantidade de água utilizada	2,500	2,50	5,00	7,50
(I ₃) Proc. decorrentes de infrações ambientais	2,250	2,25	4,50	6,75
(I ₄) Treinamento educação de funcionários	2,750	2,750	5,50	8,25
(I ₅) Economia de energia	2,250	2,25	4,50	6,75
(I ₆) Desenvolvimento de tecnologia equilibradas	2,286	2,286	4,572	6,858
(I ₇) Ciclo de vida dos produtos	1,857	1,857	3,714	5,571
(I ₈) Quant. combustível fóssil utilizado por ano	2,000	2,000	4,000	6,000
(I ₉) Reciclagem e reutilização da água	2,500	2,500	5,000	7,500
(I ₁₀) Acidentes ambientais	2,571	2,571	5,142	7,713
(I ₁₁) Fontes de recursos utilizados	2,000	2,000	4,000	6,000
(I ₁₂) Redução de resíduos	2,000	2,000	4,000	6,000
(I ₁₃) Produção de resíduos tóxicos	2,143	2,143	4,286	6,429
(I ₁₄) ISO 14001	1,714	1,714	3,428	5,142
(I ₁₅) Qualidade do solo	2,286	2,286	4,572	6,858
(I ₁₆) Qualidade de gestão de superfície	2,286	2,286	4,572	6,858

Tabela 5 – Grupo de indicadores e categorias de desempenho do GSE (conclusão)

Indicadores (<i>i</i>)	Peso atribuído	Desempenho	Desempenho	Desempenho
	ao indicador (w_i)	inferior (1) (w_i) x 1	intermediário (2) (w_i) x 2	superior (3) (w_i) x 3
Dimensão econômica				
(I ₁₇) Investimento ético	2,500	2,500	5,000	7,500
(I ₁₈) Gastos em saúde e em segurança	2,000	2,000	4,000	6,000
(I ₁₉) Investimentos em tecnologias limpas	2,250	2,250	4,500	6,750
(I ₂₀) Nível de endividamento	1,857	1,857	3,714	5,571
(I ₂₁) Lucratividade	2,143	2,143	4,286	6,429
(I ₂₂) Participação de mercado	2,000	2,000	4,000	6,000
(I ₂₃) Passivo ambiental	2,000	2,000	4,000	6,000
(I ₂₄) Gastos em Proteção ambiental	2,143	2,143	4,286	6,429
(I ₂₅) Auditoria	1,857	1,857	3,714	5,571
(I ₂₆) Avaliação de resultados da organização	2,286	2,286	4,572	6,858
(I ₂₇) Volume de vendas	2,000	2,000	4,000	6,000
(I ₂₈) Gastos com benefícios	2,143			
(I ₂₉) Retorno sobre capital investido	2,000	2,000	4,000	6,000
(I ₃₀) Selos de qualidade	2,000	2,000	4,000	6,000
Dimensão social				
(I ₃₁) Geração de trabalho e renda	2,429	2,429	4,858	7,287
(I ₃₂) Auxílio em educação e treinamento	2,000	2,000	4,000	6,000
(I ₃₃) Padrão de segurança de trabalho	2,250	2,250	4,500	6,750
(I ₃₄) Ética Organizacional	2,375	2,375	4,750	7,125
(I ₃₅) Interação social	2,250	2,250	4,500	6,750
(I ₃₆) Empregabilidade e gerenc. fim de carreira	1,750	1,750	3,500	5,250
(I ₃₇) Políticas de distribuição de resultados	2,429	2,429	4,858	7,287
(I ₃₈) Conduta de padrão internacional	1,714	1,714	3,428	5,142
(I ₃₉) Capacitação e desenvolv. de funcionários	2,429	2,429	4,858	7,287
(I ₄₀) Acidentes fatais	2,571	2,571	5,142	7,713
(I ₄₁) Contratos legais	2,286	2,286	4,572	6,858
(I ₄₂) Estresse de trabalho	2,143	2,143	4,286	6,429
(I ₄₃) Segurança do produto	1,857	1,857	3,714	5,571

Fonte: Callado (2010).

De acordo com soma dos valores de cada um dos níveis de desempenho, Callado (2010) propôs intervalos de valores associados às dimensões ambiental, econômica e social. Esses

intervalos (Tabela 6) foram denominados de: escore mínimo (Emín), escore médio (Eméd) e escore máximo (Emáx).

Tabela 5 – Resultados de EPS

Dimensão	Intervalos de EPS		
	Escore mínimo	Escore médio	Escore máximo
Ambiental	35,643	71,286	106,929
Econômica	29,179	58,358	87,537
Social	28,483	56,966	85,449

Fonte: Callado (2010).

O EPS calculado para cada uma das dimensões representa o resultado alcançado pela empresa naquele âmbito. Desta forma, prosseguindo com o método, Callado (2010) delineou que os EPS devam possuir dois valores: 0, quando a empresa analisada apresentar um valor de desempenho inferior ao escore médio da dimensão analisada; e 1, quando a empresa analisada apresentar um valor de desempenho igual ou superior ao escore médio da dimensão analisada.

Tabela 6 – Intervalos de resultados de EPS

Dimensão	Intervalos de EPS			
	Resultado das dimensões	Valor atribuído ao desempenho da empresa	Resultado das dimensões	Valor atribuído ao desempenho da empresa
Ambiental	$EPS_A < 71,286$	0	$EPS_A \geq 71,286$	1
Econômica	$EPS_E < 58,350$	0	$EPS_E \geq 58,350$	1
Social	$EPS_S < 56,960$	0	$EPS_S \geq 56,960$	1

Fonte: Callado (2010).

De acordo com o resultado obtido em cada um dos valores, nas respectivas dimensões, o EPS será interpretado da seguinte forma:

Quadro 9 – Resultados e interpretação de EPS

Resultado da empresa	Interpretação	Valor atribuído ao EPS
Escore menor que o escore médio da dimensão	Desempenho insatisfatório	0
Escore maior ou igual ao escore médio da dimensão	Desempenho satisfatório	1

Fonte: Callado (2010).

Se o resultado for inferior ao escore médio da dimensão analisada, o desempenho da empresa será considerado insatisfatório. Caso o resultado seja superior ao escore médio, o desempenho será satisfatório. Concluídos os resultados dos EPS, o próximo passo é o cálculo do Escore de Sustentabilidade Empresarial (ESE).

5.2.2 Cálculo do escore de sustentabilidade empresarial (ESE)

Ao investigar o desempenho das dimensões ambiental, econômica e social da sustentabilidade, Callado (2010) propôs o cálculo de um índice agregado de sustentabilidade:

o ESE. O referido escore é definido a partir da soma dos valores referentes aos EPS de cada uma das dimensões de sustentabilidade tratadas na pesquisa, sendo:

$$ESE = EPS_A + EPS_E + EPS_S \quad (2)$$

Em que:

ESE = Escore de sustentabilidade empresarial;

EPS_A = Escore parcial de sustentabilidade da dimensão ambiental;

EPS_E = Escore parcial de sustentabilidade da dimensão econômica;

EPS_S = Escore parcial de sustentabilidade da dimensão social.

Por meio do ESE, as empresas podem ser classificadas em até quatro faixas distintas de sustentabilidade empresarial (Quadro 9).

Quadro 10 – Resultados, interpretações e significados do ESE

Resultado	Interpretação	Significado
ESE = 3	Sustentabilidade empresarial satisfatória	Empresas que conseguem conciliar bons desempenhos nas três dimensões de sustentabilidade consideradas, sugerindo certo equilíbrio de ações em relação ao desenvolvimento sustentável.
ESE = 2	Sustentabilidade empresarial relativa	Empresas que possuem bons resultados em duas das três dimensões de sustentabilidade consideradas, mas que ainda precisam aprimorar seus esforços em busca de um melhor ajuste quanto ao desenvolvimento sustentável.
ESE = 1	Sustentabilidade empresarial fraca	Empresas que possuem bons resultados em apenas uma das três dimensões de sustentabilidade consideradas, mas que precisam direcionar esforços para melhorar sua posição em relação ao desenvolvimento sustentável.
ESE = 0	Sustentabilidade empresarial insuficiente	Empresas que não possuem bons resultados em nenhuma das dimensões de sustentabilidade consideradas e que precisam desenvolver ações significativas em busca do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Callado (2010).

O resultado alcançado em um dos parâmetros do ESE tem como proposta incitar os gestores a observarem e refletirem sobre as práticas de gestão e operacionalização do dia a dia na empresa, assim como nos critérios de tomada de decisão que implementem condutas sustentáveis.

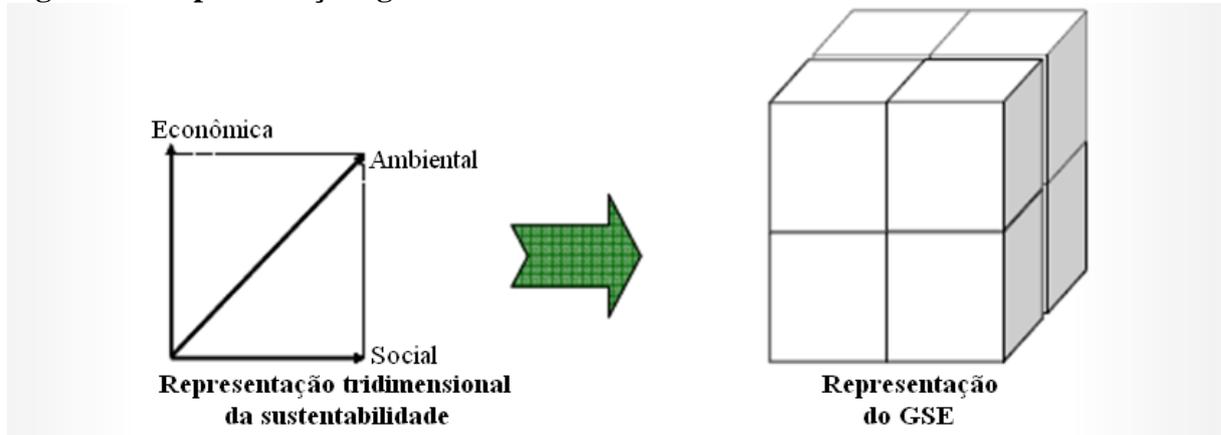
5.2.3 Grid de sustentabilidade empresarial (GSE)

Na perspectiva integradora das três dimensões (ambiental, econômica e social) da sustentabilidade, o GSE tem a proposta demonstrar o posicionamento espacial de uma ou mais empresas, mediante os resultados de Escores de Sustentabilidade Empresarial.

As dimensões ambiental, econômica e social, analisadas conjuntamente, possuem uma representação tridimensional que integra diferentes aspectos (CALLADO, 2010). A Figura 7

mostra a representação do GSE constituída das dimensões de sustentabilidade abordadas na pesquisa.

Figura 7 – Representações gráficas da sustentabilidade



Fonte: Callado (2010).

Com base no GSE, é possível mensurar a sustentabilidade da empresa a partir da interação entre os EPS e as quatro faixas de sustentabilidade resultantes dos ESE, ao passo que é possível obter oito posicionamentos espaciais (Tabela 9) que compõem o GSE.

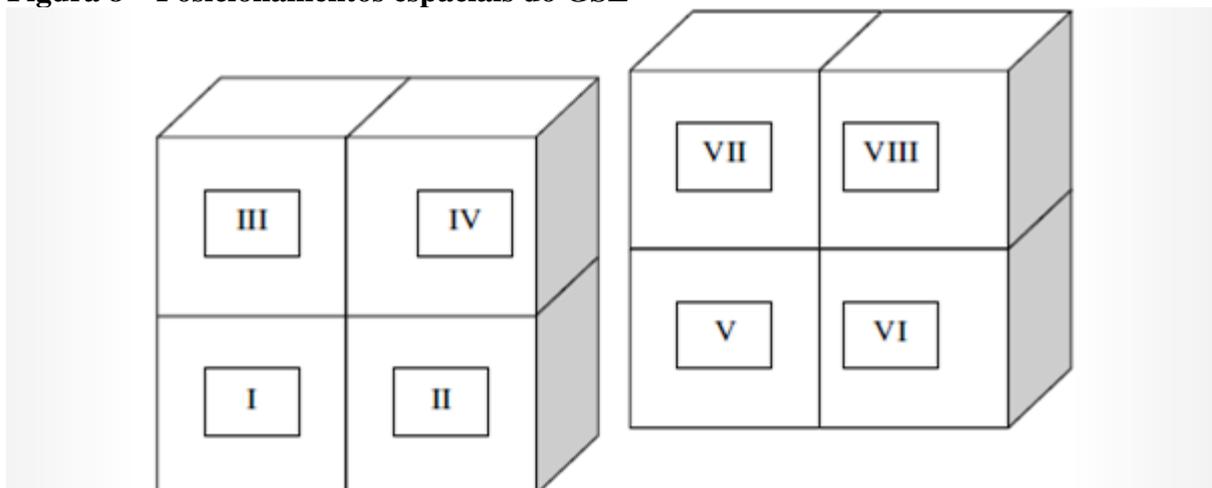
Tabela 7 – Composições de resultados e posicionamentos espaciais do GSE

EPS Econômica	Resultados			ESE	Posicionamento no GSE
	EPS Social	EPS Ambiental			
0	0	0		0	I
0	0	1		1	II
0	1	0		1	III
1	0	0		1	IV
1	1	0		2	V
0	1	1		2	VI
1	0	1		2	VII
1	1	1		3	VIII

Fonte: Callado (2010).

De acordo com as combinações dos resultados em cada uma das dimensões, chega-se aos posicionamentos espaciais do GSE (Figura 6).

Figura 8 – Posicionamentos espaciais do GSE



Fonte: Callado (2010).

As características que representam os diferentes posicionamentos espaciais que compõem o GSE são as seguintes, de acordo com Callado (2010):

Posicionamento I: representa empresas com baixo desempenho econômico, que não possuem boa interação social e que não estão comprometidas com aspectos ambientais.

Posicionamento II: representa empresas com baixo desempenho econômico, que não possuem boa interação social, mas estão comprometidas com aspectos ambientais.

Posicionamento III: representa empresas com baixo desempenho econômico, que possuem boa interação social, mas não estão comprometidas com aspectos ambientais.

Posicionamento IV: representa empresas com bom desempenho econômico, que não possuem boa interação social e não estão comprometidas com aspectos ambientais.

Posicionamento V: representa empresas com bom desempenho econômico e que possuem boas interações sociais, mas não estão comprometidas com aspectos ambientais.

Posicionamento VI: representa empresas com baixo desempenho econômico, mas que possuem boa interação social e estão comprometidas com aspectos ambientais.

Posicionamento VII: representa empresas com bom desempenho econômico, não possuem boa interação social, mas estão comprometidas com aspectos ambientais.

Posicionamento VIII: representa empresas com bom desempenho econômico, que possuem boa interação social e que estão comprometidas com aspectos ambientais.

6 RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise dos resultados da aplicação do questionário estruturado, segundo a metodologia proposta pelo GSE.

6.1 ESCORES PARCIAIS DE SUSTENTABILIDADE

Nesta seção, os resultados dos EPS das dimensões ambiental, econômica e social são demonstrados por meio da quantidade de indicadores em cada uma das classificações de escores de desempenho, seguidos das análises dos resultados em cada dimensão da sustentabilidade e os resultados alcançados pela cooperativa dentro dos EPS, observando os indicadores e seus respectivos pesos.

6.1.1 Escore parcial de sustentabilidade da dimensão ambiental (EPS_A)

Nesta dimensão foram avaliados 16 indicadores quanto ao aspecto da aplicabilidade nos níveis dos escores de desempenho inferior, intermediário e superior. A Tabela 10 mostra a distribuição dos indicadores nos respectivos escores.

Tabela 8 – Quantidade de indicadores em cada escore

Escore	Nº de indicadores
Escore 1 (desempenho inferior)	1
Escore 2 (desempenho intermediário)	6
Escore 3 (desempenho superior)	9
Total	16

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A partir dos resultados apresentados, percebeu-se que a empresa obteve sua pontuação máxima em 9 dos 16 indicadores ambientais, entre eles: a ausência de processos decorrentes de infrações ambientais, considerando as ações promovidas para o desenvolvimento da atividade; e a realização de cursos para treinamento, educação e capacitação dos funcionários e dos associados para o destino correto de resíduos sólidos contaminantes, como pilhas e baterias de celular, sendo distribuídos recipientes de coleta nas comunidades que formam as cooperativas singulares.

A exploração da atividade apícola não promove impactos ambientais de forma direta. No entanto, para o início, é necessária a aquisição de caixas de madeira, as quais são utilizadas por muitos anos. Em contrapartida, há o reflorestamento de áreas desmatadas, por meio do

plantio de árvores próprias da caatinga, além da promoção da criação de pasto apícola no curto e longo prazo, como a Jitirana e o Jatobá, conforme Figura 7, que mostra o cultivo das mudas em viveiro e a plantação em áreas desmatadas.

Figura 9 – Ações de reflorestamento e produção de pasto apícola



Fonte: adaptado de Casa Apis (2019).

No último ano houve a criação de quatro viveiros de mudas de plantas nativas, para que mais comunidades fossem beneficiadas com o recebimento e plantio das mudas.

Quanto às pesquisas associadas às relações entre os ciclos de vida de seus produtos e meio ambiente, pode-se inferir através da entrevista semiestruturada aplicada e pela observação participante que há uma medida organizacional de rastreamento da produção, desde a colheita na casa de mel até a chegada à agroindústria de beneficiamento da Casa Apis. Cada apicultor possui um código de cadastro, o que torna possível o rastreamento da qualidade da produção de cada um, de forma que, ao entrar na agroindústria, a primeira etapa é a retirada de uma amostra de 30% da produção enviada para passar por análises laboratoriais.

Dos seis indicadores que apresentaram desempenho intermediário, o consumo de combustível fóssil se manteve inalterado em comparação aos últimos três anos, considerando que esse consumo está vinculado ao transporte logístico do mel colhido nas casas de mel até a agroindústria, assim como para o deslocamento dos técnicos agrícolas que prestam assessoria aos cooperados.

Quanto à utilização da água, a Casa Apis dispõe de um poço artesiano, com sistema de tratamento, cloração e análise laboratorial requerido pelo Ministério da Agricultura e pela certificação orgânica. A utilização da água no processo de beneficiamento do mel na agroindústria ocorre na descristalização, em que há necessidade de água nos tanques de aço inox encamisado, que fazem o processo de “banho-maria”, utilizando-se um pequeno volume de água.

Em relação ao ciclo de vida do produto comercializado pela empresa, a agroindústria da Casa Apis segue os padrões do Ministério da Agricultura, colocando o prazo de validade de dois anos, por causa do período de manutenção de uma boa qualidade do produto pela embalagem.

Devido à característica higroscópica do mel, há uma tendência de absorção da umidade relativa do ar no momento da colheita, fato este que é solucionado pela utilização de um equipamento desumidificador do mel, que, para manter a qualidade e validade, precisa ter por volta de 18%.

Quanto à matriz energética, a cooperativa instalou um sistema gerador fotovoltaico de 40 kVA, que atende em 50% da capacidade. Contudo, possui um projeto para aumentar para 75 kVA, o que a tornará autossuficiente na geração de energia renovável. Quanto ao consumo, manteve a média dos últimos três anos.

O único indicador que apresentou desempenho inferior foi a implementação da certificação ISO 14000, mas a cooperativa possui várias ações que promovem a sustentabilidade dentro de seu processo de gestão, como: informações no rótulo do produto que o caracterizam a procedência do produto, a qualidade de orgânico. No entanto, ainda não possui essa certificação.

Após a análise da quantidade de indicadores em cada um dos escores de desempenho na dimensão ambiental, o segundo passo é a consolidação dos resultados dos desempenhos obtidos, a partir do somatório de desempenho dos 16 indicadores ambientais. O terceiro passo é a classificação do desempenho apresentado em relação ao intervalo de valores do EPS desta dimensão, conforme a Tabela 11.

Tabela 9 – EPS da dimensão ambiental

Item	Resultado
Pontuação total obtida	85,501
EPS	1
Desempenho	Satisfatório

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Por meio do resultado alcançado, a cooperativa obteve desempenho satisfatório no EPS_A, considerando que o somatório do desempenho dos indicadores ambientais obtido foi superior ao escore médio dessa dimensão.

6.1.2 Escore parcial de sustentabilidade da dimensão econômica (EPS_E)

Nesta seção está a análise do desempenho da cooperativa em relação aos 14 indicadores que correspondem à dimensão econômica da sustentabilidade.

Tabela 10 – Quantidade de indicadores em cada escore

Escore	Nº de indicadores
Escore 1 (desempenho inferior)	2
Escore 2 (desempenho intermediário)	5
Escore 3 (desempenho superior)	7
Total	14

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os resultados demonstraram que, dos 14 indicadores econômicos, a cooperativa alcançou desempenho superior em 7, destacando-se a análise dos investimentos levando em conta critérios técnicos e econômicos associados a aspectos sociais e ambientais, como o investimento em tecnologias limpas, a exemplo da instalação de gerador de energia solar.

Ainda nos indicadores que apresentaram desempenho superior, estão: a redução do nível de endividamento da cooperativa nos últimos três anos; o permanente contrato com empresas de auditoria externa, que emitem relatórios acerca da conformidade da prestação de contas da cooperativa junto aos cooperados; assim como a presença de processos formais de avaliação de resultados e mensuração de desempenho da produção de cada uma das singulares, e destas com os associados, por meio do controle interno contínuo das movimentações realizadas entre as cooperativas.

Quanto à certificação de qualidade de âmbito nacional/internacional para seus produtos, serviços ou processos, a cooperativa possui: a certificação do Serviço de Inspeção Federal (SIF); a certificação orgânica da Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD), que garante o processo de qualidade e agrega valor ao produto para exportação; e a certificação de comércio justo fornecida pela empresa alemã FLOCert, que oportunizou à Casa Apis a obtenção do prêmio Fair Trade, algo que beneficia diretamente as comunidades que fazem parte das cooperativas singulares.

Dos cinco indicadores que obtiveram desempenho intermediário, estão o resultado econômico positivo de suas atividades e a participação de mercado da cooperativa, que se mantiveram inalterados nos últimos três anos. Apesar de os anos de 2017, 2018 e 2019 terem sido de recuperação do volume de produção em comparação aos anos anteriores, houve redução do preço do mel no mercado internacional. Como 90% da produção é vendida para o mercado exterior, há uma grande sensibilidade à variação dos preços dessa *commodity*.

Os dois indicadores que apresentaram resultados inferiores da dimensão econômica foram: gastos com benefícios, como planos de pensões e aposentadoria de seus funcionários, assim como planos de saúde. Pelo fato de a Casa Apis estar no processo de consolidação de suas atividades, esses indicadores ainda não foram atendidos.

Tabela 11 – Escore parcial de sustentabilidade da dimensão econômica

Item	Resultado
Pontuação total obtida	69,108
EPS	1
Desempenho	Satisfatório

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Por meio do resultado alcançado, a cooperativa obteve desempenho satisfatório no EPS_E, considerando que o somatório do desempenho dos indicadores econômicos obtido pela cooperativa foi superior ao escore médio dessa dimensão.

6.1.3 Escore parcial de sustentabilidade da dimensão social (EPSs)

Na terceira dimensão da sustentabilidade foram aplicados 13 indicadores referentes à dimensão social.

Tabela 12 – Quantidade de indicadores em cada escore

Escore	Nº de indicadores
Escore 1 (desempenho inferior)	3
Escore 2 (desempenho intermediário)	4
Escore 3 (desempenho superior)	6
Total	13

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Destes indicadores, seis obtiveram desempenho superior, sendo eles a geração de trabalho e renda, em que mais de 70% dos funcionários da agroindústria são oriundos da comunidade local e regional.

No indicador de auxílio em educação e treinamento dos funcionários, a Casa Apis disponibiliza auxílio financeiro para capacitação de seus funcionários, dependendo da função exercida, conforme relatado na entrevista. O pessoal que trabalha no setor de processamento e beneficiamento do mel faz cursos voltados para o controle da qualidade, como: boas práticas de fabricação, segurança alimentar (*food defend*), análise de pontos e perigos críticos de controle, programas de autocontrole, instruções e procedimentos de trabalho. O pessoal do setor de laboratório passa por treinamento e aperfeiçoamento de análises físico-químicas em produtos apícolas.

Na venda do produto a granel dentro do mercado interno, a Casa Apis oferece embalagens de polietileno tereftalato (PET) de 270 g, 340 g, 470 g e 1,4 kg, como em potes de vidro de 300 g e 450 g. O rótulo dos produtos apresenta todas as informações obrigatórias

exigidas por órgãos competentes, como informações sobre a conservação do produto e os selos das certificações do Projeto Non-GMO e de qualidade de Produto Orgânico Brasil.

Os indicadores sociais que tiveram desempenho inferior foram as ações voltadas para a promoção da empregabilidade, bem como para o gerenciamento no fim de carreira de seus funcionários, e o indicador de distribuição de lucros e resultados entre funcionários. Esses dois indicadores podem ser analisados sob a ótica de que neste momento a cooperativa passa por estágios de crescimento e amadurecimento da gestão, bem como de angariação do *know-how* para consolidação, por ser um empreendimento de pequeno porte e de economia solidária.

Tabela 13 – Escore parcial de sustentabilidade da dimensão social

Item	Resultado
Pontuação total obtida	63,701
EPS	1
Desempenho	Satisfatório

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Por meio do resultado alcançado, a cooperativa obteve desempenho satisfatório no EPSs, considerando que o somatório do desempenho dos indicadores sociais obtido pela cooperativa foi superior ao escore médio dessa dimensão.

6.2 ANÁLISE DOS ESCORES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ESE)

O resultado do Escore de Sustentabilidade Empresarial é obtido através da comparação dos resultados alcançados pela organização nos Escores parciais de Sustentabilidade (EPS) com os intervalos de escore mínimo, médio e máximo, conforme a Tabela 14: se o resultado for maior que o escore médio da dimensão em análise, a organização receberá a pontuação 1, que significa um desempenho satisfatório; caso o valor alcançado for inferior ao escore médio da respectiva dimensão, a pontuação obtida será 0, significando que o desempenho foi insatisfatório.

Tabela 14 – Resultados de escores parciais de sustentabilidade

Dimensão	Intervalos de EPS			Desempenho da Casa Apis
	Escore mínimo	Escore médio	Escore máximo	
Ambiental	35,643	71,286	106,929	85,501
Econômica	29,179	58,358	87,537	69,108
Social	28,483	56,966	85,449	63,701

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Por meio da interação dos resultados de EPS das dimensões ambiental (EPS_A), econômica (EPS_E) e social (EPS_S), foi possível identificar o desempenho global da empresa (Tabela 15) a partir de seus ESE.

Tabela 15 – Resultados dos Escores de Sustentabilidade Empresarial (ESE)

EPS _A	EPS _E	EPS _S	ESE
1	1	1	3

Fonte: dados da pesquisa (2019).

De acordo com o resultado apresentado, pode-se observar que a empresa obteve desempenho empresarial satisfatório nas três dimensões. Seguindo o modelo de Callado (2010), o próximo passo é a interação entre os desempenhos dos escores parciais de sustentabilidade (EPS) com as quatro faixas de sustentabilidade empresarial dos escores de sustentabilidade empresarial (ESE), fato que categoriza o posicionamento espacial no Grid de Sustentabilidade Empresarial (GSE). Essa interação define o posicionamento da Casa Apis, de acordo com as informações apresentadas na entrevista, que puderam ser corroboradas durante o processo de observação participante.

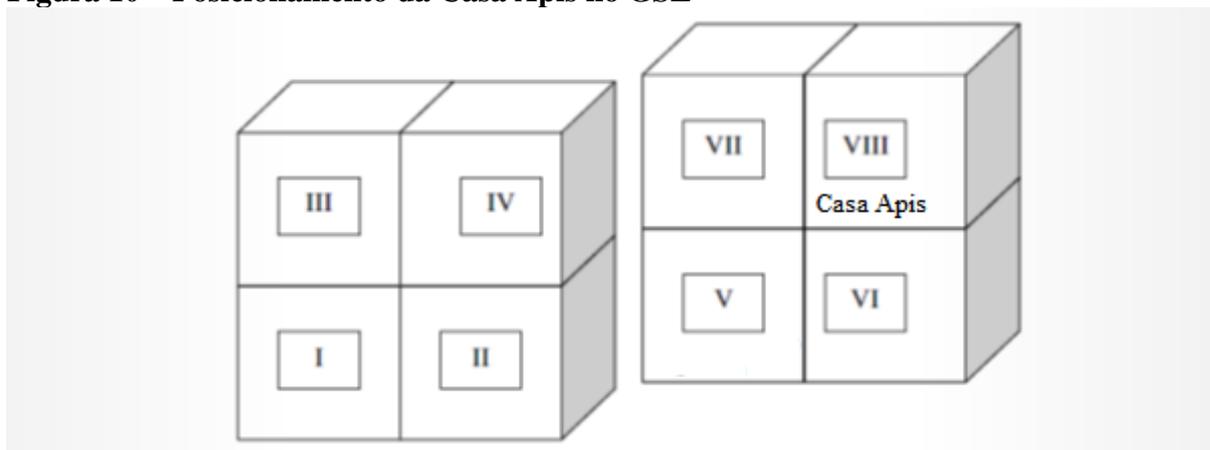
6.3 POSICIONAMENTO NO GRID DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (GSE)

A Casa Apis alcançou o posicionamento VIII, que corresponde a empresas com bom desempenho econômico, que possuem boa interação social e que estão comprometidas com aspectos ambientais.

Tabela 16 – Resultado do Escore de Sustentabilidade Empresarial (ESE)

EPS _A	EPS _E	EPS _S	ESE	Posicionamento no GSE
1	1	1	3	VIII

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Figura 10 – Posicionamento da Casa Apis no GSE

Fonte: adaptado de Callado (2010).

Esse posicionamento indica que a Casa Apis tem desenvolvido suas atividades conciliando as três dimensões da sustentabilidade.

Feil e Naime (2015), ao analisarem as corporações com o selo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e utilizarem o modelo GSE de Callado (2010) para mensurar o nível de sustentabilidade empresarial, puderam inferir que 76,53% das corporações com selo ISE possuem sustentabilidade satisfatória. Os autores compararam o modelo ISE com o GSE, algo que explicitou o objetivo do ISE com a função de analisar e comparar sem estabelecer um nível de sustentabilidade; já o GSE de Callado (2010) tem a finalidade de mensurar a sustentabilidade, sendo assim, determina um nível de sustentabilidade da corporação.

No estudo sobre o desempenho sustentável empresarial da Expresso Medianeiro Ltda., Farias, Rossato e Dörr (2014) verificaram o desempenho por meio do GSE de Callado (2010), e identificaram que essa organização possui um desempenho econômico satisfatório, uma boa interação social, mas precisa se comprometer mais com os aspectos ambientais.

7 CONCLUSÃO

As discussões ambientais têm como um dos seus marcos o Relatório de Brundtland, documento que sinalizou a necessidade de um desempenho sustentável e incitou o desenvolvimento de atividades econômicas que observasse a dimensão social e ambiental. Desde então, houve a necessidade de criação de indicadores de desempenho buscassem avaliar os resultados alcançados pelas organizações com base nas estratégias estabelecidas, para viabilizar o desenvolvimento de novos planos ou propostas de melhorias.

A avaliação do desempenho sustentável vem como uma medida de mensurar a eficiência da alocação de bens e recursos na produção de ativos pelas organizações. Devido ao tipo organizacional das cooperativas estarem em crescimento, este estudo teve por objetivo avaliar o nível de desempenho sustentável de uma cooperativa. De forma que, foi analisada nesta pesquisa a Casa Apis.

Com desempenho satisfatório em todas as dimensões, a que teve um melhor desempenho foi a ambiental. Esta pesquisa contribui para o entendimento do desempenho sustentável de uma cooperativa agrícola do semiárido brasileiro, uma região que oferece poucas oportunidades de emprego a seus moradores. Percebe-se que a Casa Apis possui um bom desempenho na dimensão social, dada a finalidade das cooperativas é esperado que elas tenham um cuidado especial com seus cooperados, ao contribuir para o seu desenvolvimento econômico e profissional.

Como limitação, o estudo de apenas uma cooperativa e um único modelo de mensuração de sustentabilidade empresarial, sugerindo-se, desta forma, que seja realizada uma pesquisa comparativa com cooperativas de cada região brasileira, assim como outras métricas de avaliação.

REFERÊNCIAS

- ACCOUNTABILITY. **AA1000 Accountability Principles Standard 2008**. Londres: Accountability Publications, 2008. Disponível em: https://www.accountability.org/wp-content/uploads/2016/10/AA1000APS_english.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.
- ALAZZANI, A.; WAN-HUSSIN, W. N. Global Reporting Initiative's environmental reporting: a study of oil and gas companies. **Ecological Indicators**, v. 32, p. 19-24, 2013.
- ALI, M. H. *et al.* Impacts of environmental factors on waste, energy , and resource management and sustainable performance. **Sustainability**, v. 11, n. 8, article 2443, 2019.
- ALMEIDA, R. G. *et al.* Corporate social responsibility and disclosure of socioenvironmental risks by credit unions. In: Inna Sousa Paiva; Luísa Cagica Carvalho. (Org.). *Conceptual and Theoretical Approaches to Corporate Social Responsibility, Entrepreneurial Orientation, and Financial Performance*. 1ed. Pennsylvania, USA: IGI Global, 2020, v. 1, p. 1-30.
- ALTMAN, M. Cooperative organizations as an engine of equitable rural economic development. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 3, n. 1, p. 14-23, jun. 2015.
- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.
- ARAYA, H. M. B.; MAS, E. S.; GARRIDO, F. P. Sustainability reporting in European cooperative banks: an exploratory analysis. **Revesco**, v. 115, p. 30-56, 2014.
- ARGENTI, J. **Your organisation: what is it for?** London: McGraw Hill, 1993.
- ARIS, N. A. *et al.* Designing indicators for cooperative sustainability: the Malaysian perspective. **Social Responsibility Journal**, v. 14, n. 1, p. 226-248, 2018.
- ATKINSON, A.; WATERHOUSE, J.; WELLS, R. A stakeholder approach to strategic performance measurement. **Sloan Management Review**, v. 38, n. 3, p. 25-37, 1997.
- AZAPAGIC, A. Life cycle assessment: a tool for identification of more sustainable products and processes. In CARCK, J.; MACQUARRIE, D. **Handbook of Green Chemistry and Technology**. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2002. p. 62-85.
- BALI, N.; PANTA, M. P.; ANTELO, M. Sustainable performance-oriented production practices in the Indian iron and steel industry: an empirical investigation. **Journal of Cleaner Production**, v. 226, p. 379-391, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASU, K.; PALAZZO, G. Corporate social responsibility: a process model of sensemaking. **Academy of Management Review**, v. 33, n. 1, p. 122-136, 2008.
- BAUMGARTNER, R. J.; RAUTER, R. Strategic perspectives of corporate sustainability management to develop a sustainable organization. **Journal of Cleaner Production**, v. 140, p. 81-92, 2017.

BENITES, L. L. L.; POLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do *triple bottom line* na Masisa. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, edição especial, p. 195-210, 2013.

BENOS, T. *et al.* Harnessing a “currency matrix” for performance measurement in cooperatives: a multi-phased study. **Sustainability**, v. 10, n. 12, article 4526, 2018.

BERMAN, S.; WICKS, A.; KOTHA, S.; JONES, T. Does stakeholder orientation matter? The relationship between stakeholder management models and firm financial performance. **Academy of Management Journal**, v. 42, n. 5, p. 488-506, 1999.

BHIMANI, A.; SOONAWALLA, K. From conformance to performance: the corporate responsibilities continuum. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 3, p. 165-174, 2005.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BROCKETT, A.; REZAEI, Z. **Corporate sustainability: Integrating performance and reporting**. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2012.

BRONSTEIN, C. **Como publicar relatório de sustentabilidade**. São Paulo: GRI, 2013. Disponível em: <http://www.b3.com.br/data/files/2D/41/4F/E8/85BF25103A135D25790D8AA8/Como-publicar-relatorio-de-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

BROWN, D. **The accountable business: managing corporate responsibility in practice** (Arthur D. Little). [S.l.], 2000.

BROWN, H. S.; JONG, M.; LESSIDRENSKA, T. The rise of the Global Reporting Initiative: a case of institutional entrepreneurship. **Environmental Politics**, v. 18, n. 2, p. 182-200, 2009.

BUCHOLZ, R. A. **Principles of environmental management: the greening of business**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1993.

BÜYÜKÖZKAN, G.; KARABULUT, Y. Sustainability performance evaluation: literature review and future directions. **Journal of Environmental Management**, v. 217, p. 253-267, 2018.

CALLADO, A. L. C. **Modelo de mensuração de sustentabilidade empresarial: uma aplicação em vinícolas localizadas na Serra Gaúcha**. 2010. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CAMPOS, T. L. C. Políticas para stakeholders: um objetivo ou uma estratégia organizacional? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 4, p. 111-130, 2006.

CARVALHO, R. F. A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à Casa Apis, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas-PI. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CASA APIS. **Empreendimento solidário e sustentável**: uma construção de parcerias. Palestra institucional apresentada na Assembleia Geral Extraordinária de 1º de abril de 2019. Picos, PI, 2019.

CHOI, J.; WANG, H. Stakeholder relations and the persistence of corporate financial performance. **Strategic Management Journal**, v. 39, p. 895-907, 2009.

CLARKSON, M. E. A Stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

CORREA, C.; LARRINAGA, C. Engagement research in social and environmental accounting. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 6, n. 1, p. 5-28, 2 mar. 2015.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. DA. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

DAWKINS, J.; LEWIS, S. CSR in Stakeholder expectations: and their implication for company strategy. **Journal of Business Ethics**, v. 44, p. 185-193, 2003.

DEEGAN, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DINIZ, M. L. F.; CALLADO, A. L. C. Mensurando a sustentabilidade empresarial através do *grid* de sustentabilidade empresarial (GSE): um estudo em empresas do setor gráfico. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, p. 105-122, 2017.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implications. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 65-91, 1995.

ELKINGTON, J. Accounting for the triple bottom line. **Measuring Business Excellence**, v. 2, n. 3, p. 18-22, 1998.

ERIKSSON, P.; KOVALAINEN, A. **Qualitative methods in business research**: a practical guide to social research. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2015.

FARIAS, R. S.; ROSSATO, M. V.; DÖRR, A. C. Desempenho sustentável empresarial: um estudo de caso. **Desafio Online**, v. 2, n. 3, p. 138-160, dez. 2014.

FASSIN, Y. Stakeholder management, reciprocity and stakeholder responsibility. **Journal of Business Ethics**, v. 109, n. 1, p. 83-96, 2012.

FEIL, A. A.; NAIME, R. H. Mensuração da sustentabilidade das corporações com selo ISE da BM&FBovespa via modelo GSE. **Revista Ambiente Contábil**, v. 7, n. 1, p. 254-272, 2015.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Marshfield, MA: Pitman Publishing, 1984.

FREITAG, C.; KLESENER, H. M.; PLEIN, C. Contribuições do cooperativismo solidário para agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Orbis Latina**, v. 9, n. 1, p. 95-109, 2019.

GALLEGO, I. Environmental indicators as a measure of sustainable development in Spain. **Corporate Ownersfiip Control**, v. 97, p. 78-97, 2006.

GIGLIO, E. M.; RYNGELBLUM, A. L. Uma análise do desenvolvimento dos estudos de estratégia no ramo imobiliário a partir das influências mais recentes dos *stakeholders*. **Revista de Ciências da Administração**. v. 12, n. 27, p. 86-117, 2010.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **About GRI**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **G4 – Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: princípios para relato e conteúdos padrão**. São Paulo: GRI, 2013. Disponível em: https://sinapse.gife.org.br/dlm_file/global-reporting-initiative-g4-principios-para-relato-e-conteudos-padrao. Acesso em: 20 mar. 2019.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **The GRI Standards 2016**. Amsterdã, 2016. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GOMES, C. M. *et al.* Management for sustainability in companies of the mining sector: an analysis of the main factors related with the business performance. **Journal of Cleaner Production**, v. 84, p. 84-93, 2014.

GRASHUIS, J.; SU, Y. A review of the empirical literature on farmer cooperatives: performance, ownership and governance, finance, and member attitude. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 90, n. 1, p. 77-102, 1 mar. 2019.

GRAY, R. Accounting and environmentalism: an exploration of the challenge of gently accounting for accountability, transparency and sustainability. **Accounting, Organization and Society**, v. 17, n. 5, p. 399-425, 1992.

GRUSHINA, S. V. Collaboration by design: stakeholder engagement in GRI Sustainability Reporting Guidelines. **Organization & Environment**, v. 30, n. 4, p. 366-385, 2017.

HUO, B.; GU, M.; WANG, Z. Green or lean? A supply chain approach to sustainable performance. **Journal of Cleaner Production**, v. 216, p. 152-166, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 15 nov. 2019.

- ISLAM, M. A.; JAIN, A.; THOMSON, D. Does the global reporting initiative influence sustainability disclosures in Asia-Pacific banks? **Australasian Journal of Environmental Management**, v. 23, n. 3, p. 298-313, 2016.
- Ji, C.; JIA, F.; XU, X. Agricultural co-operative sustainability: evidence from four Chinese pig production co-operatives. **Journal of Cleaner Production**, v. 197, p. 1095-1107, 2018.
- JIANG, Q. *et al.* A principal component analysis based three-dimensional sustainability assessment model to evaluate corporate sustainable performance. **Journal of Cleaner Production**, v. 187, p. 625-637, 2018.
- JONES, T. Instrumental stakeholder theory: a synthesis of ethics and economics. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 2, p. 404-437, 1995.
- JONES, K. R.; MUCHA, L. Sustainability assessment and reporting for nonprofit organizations: accountability “for the Public Good”. **Voluntas**, v. 25, p. 1465-1482, 2014.
- KARAMI, E.; REZAEI-MOGHADDAM, K. Modeling determinants of agricultural production cooperatives’ performance in Iran. **Agricultural Economics**, v. 33, n. 3, p. 305-314, 2005.
- KASSEM, E. *et al.* Sustainability assessment and reporting in agriculture sector. **Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis**, v. 65, n. 4, p. 1359-1369, 2017.
- LAUTOUR, V. J.; CORTESE, C. Cooperatives: governance and accountability systems for a better world? **Journal of Accounting & Organizational Change**, v. 12, n. 1, 2016.
- LEWIS, S. Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches. **Health Promotion Practice**, v. 16, n. 4, p. 473-475, 2015.
- LOPES, M. M. C. **A influência dos stakeholders na responsabilidade social empresarial estratégica**. 2015. Tese (Doutorado em Marketing) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.
- MAIGNAN, F., FERRELL, O. E HULT, G. Corporate citizenship: cultural antecedents and business benefits. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 27, n. 4, p. 455-469, 1999.
- MANZURUL, A. Stakeholder theory. *In* HOQUE, Z. **Methodological issues in accounting research: theories, methods and issues**. London: Spiramus, 2006. p. 207-2016.
- MARCIS, J.; LIMA, E. P.; COSTA, S. E. G.. Model for assessing sustainability performance of agricultural cooperatives. **Journal of Cleaner Production**, v. 234, p. 933-948, 2019.
- MARIANO, T. H.; BRAGA, M. J. Programa Mais Gestão: coerência entre diagnósticos e planos de ação nas cooperativas de agricultura familiar da região Sudeste. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, p. 187-206, 2018.
- MAZON, R.; MONZONI, M.; RIBEIRO, G. Combate à biopirataria precisa preservar bons pesquisadores. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável – Brazil Forever**, v. 20, n. 4, p. 26-28, 2005.

- MELO, P. T. N. B.; RÉGIS, H. P. Stakeholders relevantes no perfil dos gestores dos Pontos de Cultura no Grande Recife. **Organizações em Contexto**, v. 8, n. 15, p. 109-136, 2012.
- MENDES, J. V.; OLIVEIRA, G. R.; CAMPOS, L. M. D. S. The G-Index: a sustainability reporting assessment tool. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 26, n. 5, p. 428-438, 2019.
- MILNE, M. J.; PATTEN, D. M. Securing organizational legitimacy. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 372-405, 2002.
- MIRANDA, D. L. R.; GOMES, B. M. A. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 28, n. 3, p. 397-408, 2016.
- MITCHELL, R. K.; ANGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. **The Academy of Management Journal**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.
- MOJO, D.; FISCHER, C.; DEGEFA, T. Social and environmental impacts of agricultural cooperatives: evidence from Ethiopia. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 22, n. 5, p. 388-400, 2015.
- MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Estudos do CEPE**, v. 49, p. 67-79, 2019.
- MOUSA, S. K.; OTHMAN, M. The impact of green human resource management practices on sustainable performance in healthcare organisations: a conceptual framework. **Journal of Cleaner Production**, v. 243, article 118595, 2020.
- MUNCK, L.; CELLA-DE-OLIVEIRA, F. A.; BANSI, A. C. Ecoeficiência: uma análise das metodologias de mensuração e seus respectivos indicadores. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 3, p. 183-199, 2011.
- NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- NEVES, M. C. R.; CASTRO, L. S.; FREITAS, C. O. O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 559-576, 2019.
- NILASHI, M. *et al.* Measuring sustainability through ecological sustainability and human sustainability: a machine learning approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 240, article 118162, 2019.
- ORAZALIN, N.; MAHMOOD, M. Economic, environmental, and social performance indicators of sustainability reporting: evidence from the Russian oil and gas industry. **Energy Policy**, v. 121, p. 70-79, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Número de cooperativismo brasileiro**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/numeros>. Acesso em: 06 fev. 2019.

PEZZINI, E. Cooperatives, good companies “by definition”? *In* INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATHOLIC SOCIAL THOUGHT AND MANAGEMENT EDUCATION, 6., 2006, Rome. **Proceedings** [...] Rome, Italy: SBE 2006. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.511.9827&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

POLTRONIERI, C. F.; GANGA, G. M. D.; GEROLAMO, M. C. Maturity in management system integration and its relationship with sustainable performance. **Journal of Cleaner Production**, v. 207, p. 236-247, 2019.

QUILICE, T. F. *et al.* Positive and negative aspects of GRI reporting as perceived by Brazilian organizations. **Environmental Quality Management**, v. 27, n. 3, p. 19-30, 2018.

RAJESH, R. Exploring the sustainability performances of firms using environmental, social, and governance scores. **Journal of Cleaner Production**, v. 247, article 119600, 2020.

SANTOS, L. F.; FERREIRA, M. A. M.; CAMPOS, A. P. T. Barreiras de desempenho e políticas públicas: análise em cooperativas de agricultura familiar. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 77, 2019.

SARTORI, S.; WITJES, S.; CAMPOS, L. M. S. Sustainability performance for Brazilian electricity power industry: An assessment integrating social, economic and environmental issues. **Energy Policy**, v. 111, p. 41-51, 2017.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research methods for business students**. 7th ed. Essex: Pearson, 2016.

SCHALTEGGER, S.; BURRITT, R. Measuring and managing sustainability. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 19, n. 3, p. 232-241, 2014.

SCHALTEGGER, S.; WAGNER, M. Integrative management of sustainability performance, measurement and reporting. **International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation**, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2006.

SIEW, R. Y. J. A review of corporate sustainability reporting tools (SRTs). **Journal of Environmental Management**, v. 164, p. 180-195, 2015.

SILVA, S.; NUZUM, A. K.; SCHALTEGGER, S. Stakeholder expectations on sustainability performance measurement and assessment: a systematic literature review. **Journal of Cleaner Production**, v. 217, p. 204-215, 2019.

SOBOH, R. A. M. E. *et al.* Performance measurement of the agricultural marketing cooperatives: the gap between theory and practice. **Review of Agricultural Economics**, v. 31, n. 3, p. 446-469, 2009.

SOUSA, M. M. R. **A certificação do comércio justo sob a ótica do desenvolvimento sustentável: o caso da Casa Apis**. 2014. Dissertação (Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

STARIK, M. E. The Toronto conference: reflections on stakeholder theory. **Business and Society**, v. 33, n. 1, p. 89-95, 1994.

STATTMAN, S. L.; MOL, A. P. J. Social sustainability of Brazilian biodiesel: the role of agricultural cooperatives. **Geoforum**, v. 54, p. 282-294, 2014.

STENZEL, P. L. Sustainability, the triple bottom line, and the Global Reporting Initiative. **Global Edge Business Review**, v. 4, n. 6. 2010.

TARQUINIO, L.; RAUCCI, D.; BENEDETTI, R. An investigation of Global Reporting Initiative performance indicators in corporate sustainability reports: Greek, Italian and Spanish evidence. **Sustainability**, v. 10, n. 4, p. 897-916, 2018.

UNITED NATIONS. **A new global partnership: eradicate poverty and transform economies through sustainable development**. New York, 2013. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=400&nr=893&menu=1561>. Acesso em: 15 mar. 2019.

VERHOFSTADT, E.; MAERTENS, M. Can agricultural cooperatives reduce poverty? Heterogeneous impact of cooperative membership on farmers' welfare in Rwanda. **Applied Economic Perspectives and Policy**, v. 37, n. 1, p. 86-106, 2015.

VON ENDE, M. **Eficiência das Cooperativas da agricultura familiar no contexto da Economia solidária**. 2017. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

WEHRMEYER, W.; TYTECA, D. Measuring environmental performance for industry: from legitimacy to sustainability and biodiversity? **The International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 5, n. 2, p. 111-124, 1998.

WICHER, P.; ZAPLETAL, F.; LENORT, R. Sustainability performance assessment of industrial corporation using fuzzy analytic network process. **Journal of Cleaner Production**, v. 241, article 118132, 2019.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WORLD COOPERATIVE MONITOR. **Exploring the cooperative economy: report 2018**. Buenos Aires, 22 out. 2018. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/media/library/research-and-reviews/world-cooperative-monitor-2018-edition>. Acesso em: 20 mai. 2019.

XAVIER, D. L. J.; VIEIRA, S. F. A.; COSTA, B. K. Análise dos *stakeholders* pelo método de saliência: o caso de um banco de crédito consignado. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 10, n. 2, p. 165-185, 2011.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAID, A. A.; JAARON, A. A. M.; BON, A. T. The impact of green human resource management and green supply chain management practices on sustainable performance: an empirical study. **Journal of Cleaner Production**, v. 204, p. 965-979, 2018.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Instruções para a pesquisa: Assinale com um “X” apenas uma das alternativas.

INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

DIMENSÃO AMBIENTAL

1. Sistemas de Gestão Ambiental (SGA). Analisar a complexidade de práticas de gestão ambiental.
 - A empresa não possui SGA nem práticas de gestão ambiental implementadas.
 - A empresa possui práticas de gestão ambiental ou está implementando um SGA (**descrever as práticas**).
 - A empresa possui um SGA implementado.

2. Quantidade de água utilizada. Analisar a utilização de água em suas atividades.
 - Houve aumento de quantidade de água utilizada pela empresa em comparação aos últimos três anos.
 - A quantidade total de água utilizada pela empresa se manteve inalterada em comparação aos últimos três anos.
 - Houve uma redução da quantidade de água utilizada pela empresa em comparação aos últimos três anos.

3. Processos decorrentes de infrações ambientais. Analisar a presença de processos instaurados por não conformidades ambientais.
 - A empresa possui mais de um processo instaurado por organizações ambientais (**apresentar os processos**).
 - A empresa possui um processo instaurado por organizações ambientais (**apresentar o processo**).
 - A empresa não possui processo instaurado por organizações ambientais.

4. Treinamento, educação e capacitação em aspectos ambientais. Analisar as políticas de treinamento, capacitação e educação de funcionários.
 - A empresa não possui programas de treinamento, educação ou de capacitação de funcionários sobre aspectos associados ao meio ambiente.
 - A empresa possui programas de treinamento, educação e de capacitação sobre aspectos associados ao meio ambiente desenvolvidos por empresas terceirizadas ou contratadas (**descrever os programas**).
 - A empresa possui programas de treinamento, educação e de capacitação sobre aspectos associados ao meio ambiente desenvolvidos pela própria empresa (**descrever os programas**).

5. Economia de energia. Analisar o consumo de energia.

- () Houve aumento do consumo de energia utilizada pela empresa em comparação aos últimos três anos.
 - () A quantidade total de energia utilizada pela empresa se manteve inalterada em comparação aos últimos três anos.
 - () Houve uma redução do consumo de energia utilizada pela empresa em comparação aos últimos três anos.
- 6. Desenvolvimento de tecnologias equilibradas. Analisar as práticas relativas às estratégias voltadas ao desenvolvimento de tecnologias em equilíbrio com o meio ambiente.**
- () A empresa não possui ações de desenvolvimento de tecnologias voltadas aos impactos ambientais causados por suas atividades.
 - () A empresa adquire tecnologias desenvolvidas por outras empresas voltadas aos impactos ambientais causados por suas atividades (**apresentar os projetos desenvolvidos**).
 - () A empresa desenvolve projetos próprios de tecnologias voltadas aos impactos ambientais causados por suas atividades e/ou a empresa não desenvolve atividades que causam impactos ambientais (**apresentar os projetos desenvolvidos**). A empresa não desenvolve atividades que causam impactos ambientais.
- 7. Ciclo de vida de produtos e serviços. Analisar os ciclos de vida de produtos comercializados pela empresa em relação ao meio ambiente.**
- () A empresa não desenvolve pesquisas associadas às relações entre os ciclos de vida de seus produtos e o meio ambiente.
 - () A empresa desenvolve pesquisas associadas às relações entre os ciclos de vida de seus produtos e o meio ambiente, mas não são convertidas em ações e políticas empresariais (**apresentar as pesquisas que estão sendo desenvolvidas**).
 - () A empresa desenvolve pesquisas associadas às relações entre os ciclos de vida de seus produtos e o meio ambiente, e são convertidas em ações e políticas empresariais (**apresentar as pesquisas que estão sendo desenvolvidas**).
- 8. Quantidade de combustível fóssil utilizado por ano. Analisar o consumo de combustíveis fósseis em relação ao nível histórico esperado.**
- () Houve um aumento do consumo de combustíveis fósseis utilizados em comparação aos últimos três anos.
 - () O consumo de combustíveis fósseis se manteve inalterado em comparação aos últimos três anos.
 - () Houve uma redução do consumo de combustíveis fósseis utilizados em comparação aos últimos três anos.
- 9. Reciclagem e reutilização de água. Analisar a reciclagem e reutilização de água.**
- () A empresa não recicla nem reutiliza água em suas atividades.
 - () A empresa possui ações esporádicas de reciclagem e reutilização de água (**apresentar as ações desenvolvidas**).
 - () A empresa possui políticas contínuas de reciclagem e reutilização de água (**apresentar as políticas**). A empresa não utiliza água em suas atividades operacionais.
- 10. Acidentes ambientais. Analisar os acidentes ambientais registrados no âmbito da empresa.**

- () Registro de mais de um acidente ambiental no último ano (**descrever os acidentes**).
- () Registro de um acidente ambiental no último ano (**descrever o acidente**).
- () Não houve registro de acidentes ambientais no último ano.

11. Fontes de recursos utilizados. Analisar a natureza das principais fontes de energia primária (renováveis e não-renováveis).

- () A empresa apresenta uma matriz energética composta exclusivamente por fontes de energia não-renováveis.
- () A empresa apresenta uma matriz energética composta por fontes de energia renováveis e não-renováveis.
- () A empresa apresenta uma matriz energética composta predominantemente por fontes de energia renováveis.

12. Redução de resíduos. Analisar as práticas associadas à redução de emissão de resíduos sólidos, líquidos e gasosos gerados por suas atividades.

- () A empresa atualmente não possui ações voltadas para reduzir a emissão de resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos).
- () A empresa possui ações esporádicas voltadas para reduzir a emissão de resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos) (**apresentar as ações**).
- () A empresa possui políticas voltadas para reduzir a emissão de resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos) (**apresentar as políticas**). A empresa não emite resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos) em suas atividades operacionais.

13. Produção de resíduos tóxicos. Analisar as práticas de monitoramento e controle da geração de resíduos tóxicos.

- () A empresa gera resíduos tóxicos, mas não possui práticas de monitoramento e controle.
- () A empresa gera resíduos tóxicos, mas possui práticas de monitoramento e controle (**descrever o processo de monitoramento**).
- () A empresa não gera resíduos tóxicos.

14. ISO 14001. Analisar a situação da empresa em relação à utilização das normas ISO 14001.

- () A empresa não possui a certificação ISO 14001, nem está em processo de implementação.
- () A empresa não possui a certificação ISO 14001, mas está em processo de certificação.
- () A empresa já possui a certificação ISO 14001.

15. Qualidade do solo. Analisar a geração de danos causados ao solo, bem como as ações adotadas para a redução de seus impactos.

- () As atividades desenvolvidas pela empresa geram danos ao solo, mas não são tomadas providências no sentido de diminuir os impactos causados.
- () As atividades desenvolvidas pela empresa geram danos ao solo, mas são tomadas providências no sentido de diminuir os impactos causados (**descrever as providências que estão sendo tomadas**).
- () As atividades desenvolvidas pela empresa não geram danos ao solo.

16. Qualidade de águas de superfície. Analisar a geração de danos às águas de superfície, bem como as ações adotadas para a redução de seus impactos.

- () As atividades desenvolvidas pela empresa geram danos às águas de superfície, mas não são tomadas providências no sentido de diminuir os impactos causados.
- () As atividades desenvolvidas pela empresa geram danos às águas de superfície, mas são tomadas providências no sentido de diminuir os impactos causados (**descrever as providências que estão sendo tomadas**).
- () As atividades desenvolvidas pela empresa não geram danos às águas de superfície.

DIMENSÃO ECONÔMICA

17. Investimentos éticos. Analisar a natureza de critérios adotados para a análise de investimentos.

- () A análise de investimento utiliza critérios exclusivamente técnicos e econômicos.
- () A análise de investimento utiliza critérios técnicos e econômicos, mas eventualmente considera aspectos sociais e ambientais (**apresentar os critérios utilizados**).
- () A análise de investimento sempre utiliza critérios técnicos e econômicos associados a aspectos sociais e ambientais (**apresentar os critérios utilizados**).

18. Gastos em saúde e em segurança. Analisar os gastos da empresa com aspectos associados à saúde de seus funcionários.

- () A empresa não possui gastos com planos de saúde de seus funcionários.
- () A empresa possui gastos com planos de saúde de alguns funcionários, dependendo da função exercida (**qual foi o critério utilizado**).
- () A empresa possui gastos com planos de saúde de todos funcionários, independente da função exercida.

19. Investimentos em tecnologias limpas. Analisar os investimentos em tecnologias limpas (energia solar, redes elétricas controladas por computadores, carros elétricos, biocombustíveis e materiais limpos).

- () A empresa não faz investimentos em tecnologias limpas.
- () A empresa investe esporadicamente em tecnologias limpas (**apresentar os investimentos**).
- () A empresa possui políticas de investimento em tecnologias limpas (**descrever a política utilizada**).

20. Nível de endividamento. Analisar o endividamento da empresa a partir da relação entre o passivo exigível e o ativo total.

- () Houve um aumento do nível de endividamento da empresa em comparação aos últimos três anos.
- () O nível de endividamento da empresa se manteve inalterado em comparação aos últimos três anos.
- () Houve uma redução do nível de endividamento da empresa em comparação aos últimos três anos.

21. Lucratividade. Analisar a lucratividade da empresa a partir da relação entre o lucro líquido e o faturamento total.

- () Houve uma redução da lucratividade da empresa em comparação aos últimos três anos.
- () O nível de lucratividade da empresa se manteve inalterado em comparação aos últimos três anos.
- () Houve um aumento da lucratividade da empresa em comparação aos últimos três anos.

22. Participação de mercado. Analisar a participação de mercado que a empresa possui.

- () Houve uma redução da participação de mercado em comparação aos últimos três anos.
- () A participação de mercado se manteve inalterada em comparação aos últimos três anos.
- () Houve um aumento da participação de mercado em comparação aos últimos três anos.

23. Passivo ambiental. Analisar as agressões ocorridas contra o meio ambiente (água, solo e ar) e seus eventuais gastos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial.

- () A empresa possui passivos ambientais, mas não assume responsabilidades sobre eles (**discriminar os passivos ambientais reconhecidos pela empresa**).
- () A empresa possui passivos ambientais, mas assume responsabilidades sobre eles (**discriminar os passivos ambientais reconhecidos pela empresa**).
- () Não possui passivos ambientais.

24. Gastos em proteção ambiental. Analisar os investimentos realizados pela empresa que estão associados à prevenção de acidentes e proteção ambiental.

- () A empresa não possui investimentos associados à prevenção de acidentes e proteção ambiental.
- () A empresa possui ações esporádicas associadas à prevenção de acidentes e proteção ambiental (**descrever as ações**).
- () A empresa possui programas de ação contínua associadas à prevenção de acidentes e proteção ambiental (**descrever os programas**).

25. Auditoria. Analisar a realização de serviços de auditoria realizados no âmbito da empresa.

- () A empresa não possui contratos com empresas de auditoria.
- () A empresa contrata serviços de empresas de auditoria esporadicamente (**descrever os serviços contratados**).
- () A empresa mantém contratos permanentes com empresas de auditoria (**descrever os contratos**).

26. Avaliação de resultados da organização. Analisar os procedimentos adotados pela empresa acerca da avaliação de resultados e mensuração do seu desempenho.

- () A empresa não possui processos formais de avaliação de resultados ou de mensuração de desempenho.
- () A empresa esporadicamente avalia resultados e mensura seu desempenho (**qual a periodicidade e o tipo de avaliação apresentada**).
- () A empresa possui processos formais de avaliação de resultados ou de mensuração de desempenho (**descrever as avaliações**).

27. Volume de vendas. Analisar o comportamento do volume de vendas apresentado pela empresa.

- () Houve uma redução do volume de vendas em comparação aos últimos três anos.
- () O volume de vendas se manteve inalterado em comparação aos últimos três anos.
- () Houve um aumento do volume de vendas em comparação aos últimos três anos.

28. Gastos com benefícios. Analisar os gastos com pensões e demais benefícios.

- () A empresa não possui ou oferece planos de pensões e aposentadorias e demais benefícios a nenhum de seus funcionários.
- () A empresa possui ou oferece planos de pensões e aposentadorias e demais benefícios a alguns funcionários (**qual foi o critério utilizado e descreva os planos e benefícios**).
- () A empresa possui ou oferece planos de pensões e aposentadorias e demais benefícios a todos funcionários (**descrever os planos e benefícios**).

29. Retorno sobre capital investido. Analisar o retorno sobre o capital investido na empresa a partir da relação entre o lucro líquido e o ativo total

- () Houve uma redução de retorno sobre o capital investido em comparação aos últimos três anos.
- () O nível de retorno sobre o capital investido se manteve inalterado em comparação aos últimos três anos.
- () Houve um aumento de retorno sobre o capital investido em comparação aos últimos três anos.

30. Selos de qualidade. Analisar a posse de selos de qualidade para seus produtos, serviços e processos.

- () A empresa não possui nenhuma certificação de qualidade para seus produtos, serviços ou processos.
- () A empresa possui certificação de qualidade de âmbito local/regional para seus produtos, serviços ou processos (**que certificações a empresa possui**).
- () A empresa possui certificação de qualidade de âmbito nacional/internacional para seus produtos, serviços ou processos (**que certificações a empresa possui**).

DIMENSÃO SOCIAL

31. Geração de trabalho e renda. Analisar a importância de ações desenvolvidas pela empresa para fins de desenvolvimento da comunidade local por meio da geração de trabalho e renda.

- () Abaixo de 30% do total de seus funcionários são oriundos da comunidade local e regional.
- () Entre 30% e 70% do total de seus funcionários são oriundos da comunidade local e regional.
- () Acima de 70% do total de seus funcionários são oriundos da comunidade local e regional.

32. Auxílio em educação e treinamento. Analisar os recursos utilizados para capacitação de funcionários.

- () A empresa não possui auxílio financeiro para capacitação de seus funcionários.

- () A empresa possui auxílio financeiro para capacitação de seus funcionários, dependendo de cargo e/ou função exercida (**qual foi o critério utilizado e descrever o tipo de auxílio concedido**).
 - () A empresa possui auxílio financeiro para capacitação de seus funcionários, independente de cargo e/ou função exercida (**descrever o tipo de auxílio concedido**).
- 33. Padrão de segurança de trabalho.** Analisar a utilização de padrões rígidos em questões associadas à segurança de trabalho no âmbito da empresa.
- () A empresa não adota normas ou padrões referentes à segurança de trabalho.
 - () A empresa possui normas ou padrões referentes à segurança de trabalho, mas não possui certificação (**descrever as normas e padrões utilizados**).
 - () A empresa possui certificação acerca das normas ou padrões referentes à segurança de trabalho (**descrever a certificação**).
- 34. Ética organizacional.** Analisar a utilização de normas ou códigos de conduta profissional no âmbito da empresa.
- () A empresa não possui nenhuma orientação formal sobre ética e conduta profissional.
 - () A empresa possui orientações sobre ética e conduta profissional referentes a temas/áreas específicas.
 - () A empresa possui código de ética e de conduta profissional.
- 35. Interação social.** Analisar as ações e iniciativas da empresa voltadas para sua integração com a sociedade.
- () A empresa não possui nenhum projeto ou ação concreta voltada para a promoção de sua integração com a sociedade.
 - () A empresa possui projetos esporádicos voltados para a promoção de sua integração com a sociedade (**descrever os projetos sociais**).
 - () A empresa possui diretrizes e programas contínuos voltados para a promoção de sua integração com a sociedade (**descrever as diretrizes e programas sociais desenvolvidos**).
- 36. Empregabilidade e gerenciamento de fim de carreira.** Analisar as ações da empresa voltadas para a promoção da empregabilidade, bem como para o gerenciamento no fim de carreira de seus funcionários.
- () A empresa não possui ações voltadas para a promoção da empregabilidade, bem como para o gerenciamento no fim de carreira de seus funcionários.
 - () A empresa possui ações esporádicas voltadas para a promoção da empregabilidade, bem como para o gerenciamento no fim de carreira de seus funcionários (**descrever as ações**).
 - () A empresa possui programas estruturados voltados para a promoção da empregabilidade, bem como para o gerenciamento no fim de carreira de seus funcionários (**descrever os programas**).
- 37. Políticas de distribuição de lucros e resultados entre funcionários.** Analisar as práticas de distribuição de lucros e resultados entre os funcionários da empresa.
- () A empresa não distribui lucros e resultados entre funcionários.

- () A empresa possui políticas informais de distribuição de lucros e resultados entre funcionários **(descreva as políticas informais)**.
- () A empresa possui políticas formais de distribuição de lucros e resultados entre funcionários **(descreva as políticas formais)**.

38. Conduta de padrão internacional. Analisar a adoção de condutas sociais de acordo com padrões estabelecidos internacionalmente por intermédio de organismos internacionais, a exemplo da ONU, da FAO e da OECD.

- () A empresa não conhece as condutas sociais de padrão internacional.
- () A empresa conhece, mas não adota condutas sociais de padrão internacional.
- () A empresa conhece e adota condutas sociais de padrão internacional **(apresentar as condutas adotadas)**.

39. Capacitação e desenvolvimento de funcionários. Analisar as políticas de capacitação e desenvolvimento de funcionários.

- () A empresa não possui políticas (formais e informais) de capacitação de funcionários.
- () A empresa possui políticas informais de capacitação de funcionários **(apresentar as políticas)**.
- () A empresa possui políticas formais de capacitação de funcionários **(apresentar as políticas)**.

40. Acidentes fatais. Analisar a ocorrência de acidentes fatais associados ao trabalho.

- () Houve mais de um acidente fatal associado ao trabalho no último ano.
- () Houve um acidente fatal associado ao trabalho no último ano.
- () Não houve acidentes fatais associados ao trabalho no último ano.

41. Contratos legais. Analisar as características dos contratos que regem a relação entre proprietários e funcionários da empresa.

- () A empresa não possui contratos de trabalho.
- () A empresa possui contratos de trabalhos, mas nem todos encontram-se em situação regular.
- () A empresa possui contratos de trabalho e todos encontram-se em situação regular.

42. Estresse de trabalho. Analisar a maneira pela qual a empresa lida com o estresse no ambiente de trabalho.

- () A empresa não possui ações voltadas aos males causados pelo estresse no ambiente de trabalho.
- () A empresa possui ações esporádicas voltadas aos males causados pelo estresse no ambiente de trabalho **(apresentar as ações desenvolvidas)**.
- () A empresa possui programas de prevenção e redução dos males causados pelo estresse no ambiente de trabalho **(apresentar os programas desenvolvidos)**.

43. Segurança do produto. Analisar as informações apresentadas nos rótulos elaborados pela empresa.

- () O rótulo dos produtos não apresenta todas as informações obrigatórias exigidas por órgãos competentes.
- () O rótulo dos produtos apresenta todas as informações obrigatórias exigidas por órgãos competentes.
- () O rótulo dos produtos além de apresentar todas as informações obrigatórias exigidas por órgãos competentes, apresenta ainda diversas informações adicionais ao usuário/consumidor (**apresentar as informações**).